Atividades 2016

instituto brasileiro de administração municipal

Relatório de Atividades | 2016

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

2017

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Rua Buenos Aires, 19 – Centro
20070-021 – Rio de Janeiro – RJ
Tel. (21) 2142-9797 – Fax (21) 2537-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br - Web: www.ibam.org.br

Ficha Catalográfica
Catalogação na fonte pela Biblioteca do IBAM

Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Relatório de Atividades 2016. Rio de Janeiro, 2017

62p. 28cm

1. Instituto Brasileiro de Administração Municipal – relatório, 2016.

CDD 352.06

Superintendente Geral
Paulo Timm

Conselho de Administração
Edson de Oliveira Nunes (presidente)
Edgar Flexa Ribeiro
Edvaldo Pereira de Brito
João Pessoa de Albuquerque
Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva
Maria Terezinha Tourinho Saraiva
Mayr Godoy
Paulo Alcântara Gomes
Tito Bruno Bandeira Ryff
Willian Alberto de Aquino Pereira

Conselho Fiscal
Heitor Chagas de Oliveira
Paulo Reis Vieira
Raymundo Tarcísio Delgado
Roberto Guimarães Boclin

Assembleia Geral do IBAM
Adolfo Martins de Oliveira, Anna Maria Medeiros Peliano,
Antonio Batista da Silva Junior, Carlos Alberto Serpa de Oliveira,
Edgar Flexa Ribeiro, Edson de Oliveira Nunes, Eduardo Sales Novaes, Edvaldo Pereira de Brito,
Emilio Lèbre La Rovere, Heitor C. Chagas de Oliveira, Ives Gandra da Silva Martins,
João Pessoa de Albuquerque, Jorge Khoury, José Maria Almeida Martins Dias,
Leyla Maria Felix do Nascimento, Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva,
Maria Terezinha Tourinho Saraiva, Mario Alves de Melo, Marlene Alan Fernandes, Mayr Godoy,
Moacyr Barros Bastos, Nelson Manoel de Mello e Souza, Paulo Alcântara Gomes,
Paulo César Martinez y Alonso, Paulo Rabello de Castro, Paulo Reis Vieira,
Paulo Roberto de Mendonça Motta, Pedro Wilson Leitão Filho, Raymundo Tarcísio Delgado,
Roberto Guimarães Boclin, Sergio Ferraz Magalhães, Sonia Rabello, Stélio Emanuel de A. Roxo,
Teresa Costa d'Amaral, Tito Bruno Bandeira Ryff, Wagner Siqueira, Willian Alberto de Aquino Pereira

Apresentação

Antes de dar início ao relato das atividades realizadas pelo IBAM em 2016, cabe considerar que no período foram promovidas eleições para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores e que o país conviveu com fatos políticos pouco frequentes, especialmente no nível federal.

Assim, foi preciso saber atuar em clima de dúvidas e incertezas sem que, contudo, se visse um comprometimento do modelo de gestão orientado pelo regime traçado na legislação pertinente.

Como é de praxe, os anos eleitorais provocam a redução de novas iniciativas pelos entes públicos, envolvidos na campanha e, neste caso em particular, a flutuação do cenário político tornou os gestores ainda menos motivados: seja porque considerável número de agentes políticos dedicou à reeleição boa parte de seu tempo, seja porque o resultado do investimento na melhoria da gestão tornara-se ainda mais incerto.

Esses fatos se refletiram, sem dúvida, na atuação do IBAM. Para adaptar-se ao contexto, garantindo a aderência organizacional à missão do Instituto, buscou-se diversificar ainda mais o modo de promover o desenvolvimento dos projetos e as ênfases e abordagens dadas aos conteúdos.

Os trabalhos tradicionalmente executados pelo IBAM se confirmaram. Realizaram-se concursos públicos, cursos na sede e fora dela, aperfeiçoamento da área de finanças públicas, trabalhos no ramo urbanístico, de organização administrativa, de desenvolvimento econômico e social e outros temas mais. O foco primordial da ação, entretanto, voltou-se para a inovação, seja na forma de fazer, seja na abordagem, na perspectiva a adotar em relação aos temas e atividades.

O uso intensivo de recursos tecnológicos para alcançar os resultados pretendidos nos projetos aumentou a eficiência da gestão e provocou mudanças internas ao próprio funcionamento do IBAM. Quanto ao enfoque, valorizou-se ainda mais a sustentabilidade, o acesso, a inclusão.

Merece referência o Programa de Qualificação Ambiental – PQGA – Municípios Bioma Amazônia, que prosseguiu desenvolvendo atividades na região Norte, com a participação de expressiva quantidade de agentes públicos de diversos níveis e áreas de atuação. O alcance de todo o território objeto do projeto não teria sido possível, por exemplo, sem a opção de versões de cursos, pareceres, textos para consulta, entre outros, para leitura interativa em celulares e tablets.

É também significativo o número de contratos mantidos com Municípios para implantação da nota fiscal eletrônica do imposto sobre serviços. A atividade, que já alcança seis anos de execução, vem se aperfeiçoando no sentido de tornar os governos locais cada vez mais preparados para se valer da tecnologia para obter maior sustentabilidade mediante a melhoria das receitas próprias e oferta à população de maior transparência na gestão e de instrumentos de difusão da informação.

A sede e as representações em São Paulo e Santa Catarina foram responsáveis pela realização de concursos que movimentaram número significativo de candidatos, como é indicado no corpo do relatório. A relevância deste serviço prestado pelo IBAM está vinculada notadamente ao aprimoramento da força de trabalho à disposição dos gestores e, como consequência, à busca de fidelização e comprometimento das pessoas com o objetivo de bem servir aos munícipes e de conceber e implementar políticas públicas de qualidade.

Outros trabalhos, não menos relevantes, estão mencionados nas páginas deste Relatório e merecem leitura atenta para que os interessados possam acompanhar o dia a dia do Instituto e saiber como é mantido o seu relacionamento com as entidades e órgãos públicos, cumprindo o que determina seu Estatuto Social.

Cabe, por fim, agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que o IBAM atingisse seus propósitos – sempre respaldados na ética, nos princípios democráticos, na posição apartidária – e ao mesmo tempo reiterar nossa diretriz de trabalho no ano em curso: sistematizar ações inovadoras e produtivas, direcionadas às novas administrações, para que mediante o aprimoramento da gestão possam fazer face aos desafios da conjuntura política e econômica e aos anseios da sociedade.

Paulo Timm
Superintendente Geral

Sumário

Ações pelo Desenvolvimento do Município 9

Ensino 32

Assessoria Técnica 40

Compromisso Social 55

Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado 60

Mais de 25 mil visualizações de pareceres, estudos, modelos e artigos da

Revista de Administração Municipal

Ações pelo Desenvolvimento do Município

Rede IBAM de Municípios

A atuação do Instituto como gerador, distribuidor e articulador de conhecimento sobre gestão governamental o coloca em posição destacada entre as organizações similares que atuam no país.

As ações de assessoramento técnico a distância visam ao fortalecimento e à qualificação das instâncias governamentais em escala nacional e, neste contexto, o desafio é alcançar áreas remotas, com dificuldade de acesso à informação, a fim de orientar e indicar ações que promovam a eficiência máxima na prestação dos serviços públicos às comunidades.

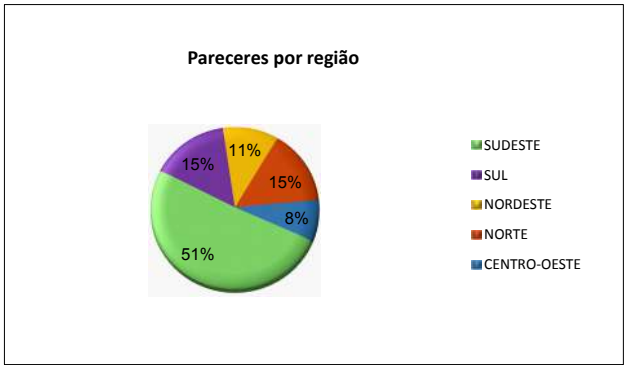
A responsabilidade por tais atribuições se concentra na Consultoria Jurídica e no Centro de Estudos Interdisciplinares em Finanças Públicas, que elaboram pareceres, estudos, artigos e modelos disponíveis para consulta no Laboratório de Administração Municipal, banco de dados hospedado no portal do IBAM na internet, além de prestarem informações na modalidade de atendimento direto por telefone e de forma presencial.

Os pareceres tiram dúvidas e orientam servidores de Prefeituras, Câmaras e Autarquias com base na melhor doutrina e jurisprudência; o atendimento telefônico responde questões que demandam esclarecimentos imediatos e que, quando necessário, são acompanhados de indicações de leitura de pareceres, estudos e artigos, assim como da legislação pertinente e da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

O atendimento presencial aos associados ao Instituto, além de excelente oportunidade para estreitar as relações com os gestores municipais e fazê-los conhecer de perto nossa equipe e a diversidade de trabalhos realizados, presta-se não apenas à elucidação de dúvidas, mas principalmente ao exame e à construção conjunta de soluções para os problemas apresentados.

Em 2017 foram emitidos 3.596 pareceres jurídicos e contábeis, isto é, quase 300 pareceres por mês; 67% foram elaborados a pedido de Câmaras Municipais; 27% por solicitação de Prefeituras e 6% por demanda de outras entidades. Já o atendimento telefônico respondeu a 451 consulentes.

O gráfico ao lado permite a visualização dos pareceres solicitados, por região.



O LAM – Laboratório de Administração Municipal registrou 24.335 visualizações

ou downloads de arquivo, sendo 24.218 pareceres, 135 estudos, 195 modelos e 91 artigos da *Revista de Administração Municipal*.

As demandas por pareceres de natureza orçamentária e financeira, prolatados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares em Finanças Públicas – CEIF, são distribuídas regionalmente de maneira semelhante às solicitações na área jurídica.

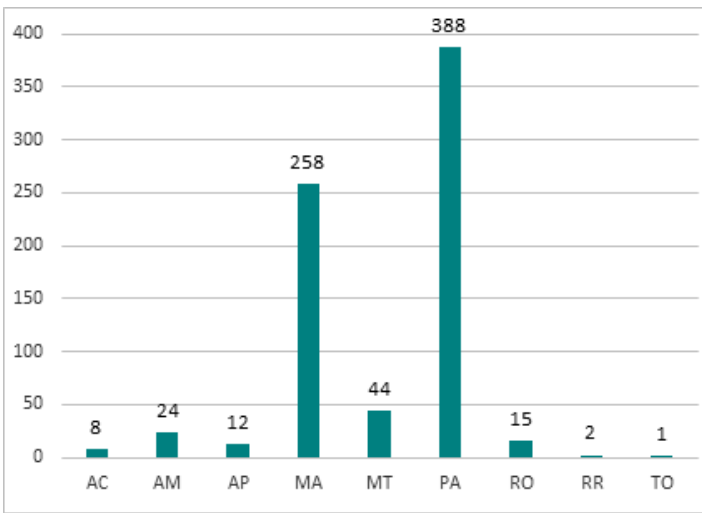
O CEIF, além de atender às solicitações dos associados ao IBAM, realizou outras atividades, tais como:

- elaboração de Nota Técnica sobre emendas impositivas;
- realização de fórum sobre fundo especial do meio ambiente;
- elaboração e revisão de propostas técnicas e financeiras de cursos descentralizados;
- revisão de textos de cursos do programa de educação a distância;
- revisão de textos de análises financeiras;
- coordenação e realização de cursos presenciais na sede da instituição e descentralizadamente.

A Consultoria Jurídica e o Centro de Estudos Interdisciplinares em Finanças Públicas também atendem solicitações técnico-jurídicas do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Bioma Amazônia, desenvolvido pelo Instituto com recursos do Fundo Amazônia.

Ao longo dos anos a demanda por pareceres cresceu de forma expressiva – passando de 419 em 2015 para 743 em 2016, sugerindo maior percepção em relação à funcionalidade dos pareceres para o dia a dia dos Municípios.

Como ilustrado no gráfico apresentado a seguir, houve solicitações de Municípios dos nove Estados do bioma, destacando-se as provenientes dos Municípios dos Estados do Pará e Maranhão, que juntos representam cerca de 87% das requisições.



A seguir são destacadas as ementas de pareceres, evidenciando temas que provocaram mais interesse.

- **Concurso Público**. Assessor jurídico. Servidor ocupante de cargo comissionado. Emissão de parecer jurídico na licitação de contratação de empresa para realização de concurso público. Participação como candidato. Condições.
- **Competência Legislativa Municipal**. O Município possui competência para exercer seu poder de polícia de trânsito tanto nas vias públicas quanto nos estacionamentos privados, no âmbito do controle do uso do solo urbano.
- **Eleição**. Publicidade em ano eleitoral. Gastos. Interpretação da Lei.
- **Eleição**. Condutas vedadas em ano eleitoral. Art. 73 § 10 da Lei nº 9.504/1997.
- **Licitação**. Locação de impressoras. Pregão presencial. Previsão de prorrogação. Exceção. Possibilidade.
- **Patrimônio Municipal**. Projeto de lei que autoriza o Poder Executivo municipal a outorgar concessão de uso de área pública. Análise da validade. Considerações.
- **Poder Executivo**. Autarquia extinta. Responsabilidade por dívidas passivas.
- **Poder Legislativo**. Advento do Novo Código Civil (Lei nº 13.105/2015). Contagem dos prazos em dias úteis. Considerações.
- **Política Urbana**. Parcelamento do solo. PL de iniciativa parlamentar que obriga novos parcelamentos a terem cabeamento subterrâneo para serviços de energia elétrica e telecomunicações. Possibilidade, ressalvada a hipótese de comprovação pela concessionária de inviabilidade econômica na prestação do serviço. Lei nº 13.116/2015. Inconstitucionalidade dos artigos 3º e 4º do PL por falta de razoabilidade e proporcionalidade e por ferir o princípio da separação de Poderes.
- **Política Urbana**. Projeto de Lei, de iniciativa parlamentar, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de lâmpadas de LED na rede de iluminação pública, bem como a obrigatoriedade de edificação de calçamento do passeio público em novos loteamentos e empreendimentos imobiliários no município. Inconstitucionalidade. Considerações.
- **Previdência**. Análise de Projeto de Lei que visa transferir do RPPS para o Município os benefícios auxílio-doença, auxilio-reclusão, salário-família e salário-maternidade.
- **Processo Legislativo**. Projeto de lei que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM). Iniciativa do Chefe do Executivo. Análise da validade. Considerações.
- **Servidor Público**. Inadequação de Lei Complementar. Jornada de trabalho. Possibilidade de modificação, mediante lei. Inteligência do art. 21, parágrafo único da LRF. Vedação da legislação eleitoral (art. 73, V, da Lei n° 9.504/1997). Comentários.
- **Servidor Público**. Licença-maternidade. Aprovação em concurso público para provimento de cargo efetivo e posse. Considerações.

- **Servidor Público**. Controlador interno. Função gratificada. Princípio da segregação de funções.

- **Tributação**. OAB. Autarquia de natureza *sui generis*. IPTU. Imunidade Tributária Recíproca (art. 150, Inciso VI, "a" e § 2º da Constituição Federal). Considerações.

- **Tributação**. Contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional. Esclarecimentos necessários.

- **Competência Legislativa Municipal**. Matéria ambiental. Interesse local. Hierarquia e harmonia das normas. Possibilidade de legislar de forma restritiva ou protetiva. Princípio da Vedação de Retrocesso Ambiental. Considerações.

- **Ação Municipal**. Licenciamento ambiental. Interesse local. Definição das tipologias das atividades de impacto ambiental local. Critérios de potencial poluidor, porte e natureza previstos na resolução dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente. Especificação por parte dos municípios.

- **Competência Legislativa Municipal**. Criação de Unidade de Conservação. Ato do poder Público. Iniciativa privativa do Poder Executivo. Princípio da Reserva da Administração. Ação Municipal. Posturas municipais. Proliferação de pombos. Controle de zoonoses.

- **Ação Municipal**. Redução da Área de Reserva Legal, em âmbito municipal, para fins de recomposição. Requisitos do artigo 12, §4º da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal).

- **Processo Legislativo**. Projeto de lei. Controle do desperdício de água. Fixação de multa. Competência Legislativa Municipal. Meio Ambiente. Código Municipal de Meio Ambiente. Modelo.

- **Finanças Municipais**. Repasses financeiros. Licenças ambientais. Secretaria Estadual Meio Ambiente. Considerações.

- **Finanças Municipais**. Criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente. Destinação. Finalidade.

- **Organização Administrativa**. Criação do Sistema Municipal do Meio Ambiente. Considerações.

- **Agente Político**. Fixação dos subsídios. Omissão. Impossibilidade de aplicação do postulado da continuidade das leis. Revisão Geral Anual. Considerações.

- **Eleição**. Transmissão de sessões legislativas. Ano eleitoral. Possibilidade. Vedações aos agentes políticos.

- **Competência Legislativa Municipal**. Incompetência do Município para exercer controle sobre o exercício profissional. Considerações.

- **Poder Legislativo**. Princípio da moralidade administrativa e súmula vinculante nº 13 do STF.

Representações do IBAM

Manter e sempre revigorar sua política de representações e parcerias proporciona ao Instituto a possibilidade de otimizar sua capacidade de atendimento às demandas, especialmente as municipais, e garante sua presença efetiva no desenvolvimento de soluções que fortaleçam os Governos Municipais, observando as características das diferentes regiões e áreas do país.

As representações do Instituto nos Estados de Santa Catarina e São Paulo tiveram expressiva participação no assessoramento aos Governos Municipais, especialmente em concursos públicos. Em 2016 foram realizados, em cada um desses Estados, 13 concursos públicos com a execução de todas as etapas necessárias, desde a elaboração de instrumentos normativos até a homologação dos resultados finais.

Ações e relações institucionais

Centro de Documentação Prof. João Pessoa de Albuquerque

Esse ano foi marcado pelo prosseguimento da implementação do Centro de Documentação do IBAM, que resultou da transformação da antiga biblioteca, física, em um ambiente digital, acessível ao público interno e externo que poderá acessar os documentos disponíveis a partir do uso da internet.

A instalação do Centro de Documentação digital foi uma exigência técnica necessária para a manutenção e registro dos documentos internos de diversas mídias do IBAM, desde a sua fundação, de modo a se garantir um acervo de informações que demonstre a evolução institucional do desenvolvimento do governo local brasileiro.

Paralelamente, o Centro de Documentação busca permitir e agilizar a consulta aos estudiosos, técnicos e demais leitores interessados, e o acesso a toda documentação técnica e cultural produzida pelo Instituto, informação certamente relevante para a sua consolidação como entidade de referência para o estudo das administrações locais no Brasil.

Cooperação IBAM/CFA

A convite do Conselho Federal de Administração, com quem mantém acordo de cooperação com vistas à realização de atividades de interesse comum e de divulgação das atividades de treinamento, o IBAM participou, em Brasília, da reunião que implementou o Programa de Gestão Pública daquela entidade. Na ocasião, Mara Biasi ministrou palestra sobre o Estatuto da Metrópole.

De acordo com o previsto na cooperação, os profissionais graduados em administração, devidamente registrados e em dia com o Conselho, interessados em realizar um dos cursos oferecidos pelo Instituto, têm desconto de 15% nos cursos ofertados e 10% na aquisição de livros por meio da livraria on-line da instituição. Os cursos podem ser realizados presencialmente ou a distância.

Relações institucionais no Bioma Amazônia

O Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia (PQGA) está centrado na estruturação e melhoria dos processos de trabalho dos órgãos municipais de gestão ambiental com base em estratégias combinadas de assistência, capacitação e disseminação ampla de informações que contribuam para aprimorar as bases da gestão municipal e do desenvolvimento local.

À luz de demandas identificadas nos Municípios e oportunidades construídas a partir de articulações com atores locais foi possível ampliar o impacto na região, envolvendo maior número de Municípios e ajustando o foco das linhas de ação em resposta a necessidades mapeadas ao longo das atividades e articulações realizadas.

Em 2016, dos 530 Municípios integrantes do bioma 485 se aproximaram do Programa por meio de suas várias linhas de ação, entre as quais destacam-se as relatadas a seguir.

Encontros com Poder Legislativo

No primeiro semestre de 2016 foram realizados diversos encontros e reuniões com Vereadores (as) dos Estados do Maranhão, Amazonas, Amapá, Mato Grosso e Rondônia. A partir de debates com representantes do Legislativo Municipal foi possível mapear o posicionamento dos Vereadores (as) em relação aos problemas e demandas ambientais, contribuindo para adequar as ações do Programa às necessidades desse público, assim como para o seu processo de formação continuada.

Com a proximidade das eleições municipais, no segundo semestre foi necessário adotar novas formas de mobilização, uma vez que houve um apoio menor dos Governos Estaduais.

Em 2016 foi concluída pesquisa realizada durante os encontros sobre os principais problemas ambientais percebidos, indicando prioridade para as questões relacionadas às condições de vida nas cidades, refletida na importância do saneamento ambiental, especialmente a gestão de resíduos sólidos, e na preservação dos recursos hídricos. A preocupação com condições estruturais para a sustentabilidade ambiental, como o controle do desmatamento, muitas vezes se mostrou subordinada ao controle dos efeitos da degradação ambiental na vida cotidiana (como a qualidade da água, assoreamento dos rios, efeitos das queimadas etc.).

Encontro dos Vereadores (as) pela Sustentabilidade no Maranhão

Por meio da mobilização realizada pelo escritório regional do PQGA no Maranhão foi realizado, no período de 23 a 26 de fevereiro, encontro no Município de Cururupu, reunindo 16 representantes dos Legislativos da região. O evento contou com a participação de técnicos do IBAM Willian Resende e da analista de articulação no Maranhão, Nira Fialho.

Descentralização Ambiental no Amapá

No dia 7 de março foi realizado encontro com Prefeitos e Secretários de Meio Ambiente do Estado para um debate em torno da descentralização ambiental. No mesmo encontro a analista socioambiental do IBAM, Andrea Pitanguy, fez uma exposição sobre gestão integrada de resíduos sólidos no Estado.

Vereadores e Vereadoras do Amapá pelo Desenvolvimento Sustentável

No dia 8 de março foi realizado em Macapá o encontro que reuniu na Câmara Municipal Vereadores de cinco cidades amapaenses. O evento foi organizado pelo IBAM em articulação com a União de Vereadores do Amapá (UVEAP) e teve como objetivo principal sensibilizar o Poder Legislativo para as pautas ambientais. Representaram o Instituto os analistas socioambientais Willian Resende e João Lagüens.

Reunião do Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes

Representantes do IBAM participaram da reunião que ocorreu nos dias 9 e 10 de março, em Tailândia, no Pará. O evento, que contou com a participação de Secretários de Meio Ambiente de diversos Municípios do Estado, além de representantes do governo e de organizações não governamentais, envolveu a apresentação de planos e estudos de combate ao desmatamento, novas ferramentas para a regularização ambiental e avanços na estruturação da gestão municipal do meio ambiente.

Encontro da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente

Ocorreu nos dias 29, 30 e 31 de março, no Município de Porto Velho, o encontro da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), com o objetivo de fortalecer os Sistemas Municipais de Meio Ambiente para a implementação de políticas ambientais que venham a preservar os recursos naturais e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Na ocasião, os Secretários(as) de Meio Ambiente e técnicos(as) da Secretaria discutiram os principais gargalos encontrados para o licenciamento ambiental. Representantes do IBAM estiveram presentes no evento e foram responsáveis por palestra e oficina sobre Metodologia de Construção de Termo de Referência para o Licenciamento.

Encontros no Estado do Amazonas

Adotando as calhas dos rios como critério para seleção de cidades-sede dos encontros, entre os meses de maio a junho foram realizados encontros com Vereadores (as) do Estado. As cidades de Humaitá, Tefé e Lábrea sediaram as reuniões.

No Município de Lábrea, diante da dificuldade de acesso por estar no fim da Transamazônica, foi realizado encontro específico com o Legislativo Municipal no dia 4 de maio. O evento ocorreu na Câmara de Vereadores da cidade e contou com a presença de Vereadores (as), Assessores (as), e membros da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O encontro no Município de Humaitá, realizado no dia 6 de maio, contou com a presença do Prefeito, do Secretário Municipal de Meio Ambiente, membros das Câmaras de Vereadores de Humaitá e Manicoré e do presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). O evento foi encerrado com a distribuição do livro *O Vereador e a Câmara Municipal*, editado pelo IBAM.

Em Tefé reuniram-se, no período de 22 a 26 de junho, representantes do Legislativo, da Universidade Estadual do Amazonas e do Instituto Mamirauá, totalizando 25 participantes que enriqueceram o debate a partir de diferentes pontos de vista.

Vereadores pela sustentabilidade em Rondônia

Em parceria firmada desde 2015 com a União de Câmaras de Vereadores de Rondônia (UCAVER) foi realizado novo Encontro dos Vereadores pela Sustentabilidade no Estado, no Município de Ariquemes. O evento, realizado de 7 a 10 de junho, contou também com o apoio da Câmara Municipal que colaborou na mobilização, garantindo a presença de 43 Vereadores (as) e assessores (as) representantes de Municípios e confirmando a importância da participação de instituições.

Encontro de Vereadores no Mato Grosso

A partir de uma ação articulada envolvendo Assembleia Legislativa do Mato Grosso, União das Câmaras Municipais do Mato Grosso, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Consórcio Portal da Amazônia e Vale dos Teles Pires foi realizado encontro em Colíder nos dias 27 a 30 de junho, com participação da representação de seis Municípios e técnicos do IBAM.

Apoio à implementação do licenciamento ambiental municipal no Mato Grosso

Representantes do IBAM estiveram em reuniões com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso – SEMA-MT, a Associação Mato-grossense de Municípios – AMM, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde, o Consórcio do Médio Araguaia – CODEMA, o Consórcio Alto Teles Pires e o Consórcio Portal da Amazônia, realizadas em abril, tendo como foco a construção de uma agenda de itinerância pelos Municípios de Cuiabá, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Guarantã do Norte e Água Boa para impactar positivamente a prática da gestão ambiental municipal, com foco na descentralização.

Articulações com o Consórcio Portal da Amazônia para a descentralização

Em 29 de junho o ponto focal do IBAM no Estado do Mato Grosso realizou reunião em Colíder (MT) com Humberto Paiva, Secretário-executivo do Consórcio Portal da Amazônia, para articulação relativa à implantação da qualificação técnica em licenciamento ambiental ofertada pelo Instituto.

Municípios do Marajó recebem orientação jurídica

Assessor jurídico do IBAM visitou seis Municípios da Ilha do Marajó/PA em itinerância que teve como objetivo auxiliar as Secretarias Municipais de Meio Ambiente em suas demandas jurídicas. As visitas aos Municípios de Muaná, São Sebastião de Boa Vista, Ponta de Pedra, Curralinho, Soure e Salvaterra ocorreram no período de 19 a 26 de julho.

Participação no Comitê técnico-científico para o Zoneamento Econômico do Maranhão

No dia 20 de setembro analista socioambiental do IBAM e o ponto focal do IBAM no Estado do Maranhão, participaram da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Estadual e do Comitê Técnico-Científico do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da área Amazônica do Estado do Maranhão, em São Luís. Na ocasião foram debatidas estratégias de implementação do Macro ZEE estadual e os passos seguintes para elaboração do ZEE.

SEMA do Amapá e IBAM traçam ações para gestão ambiental

Os analistas socioambientais do IBAM Angela Fontes e William Resende, juntamente com o consultor Rosan Fernandes e o ponto focal do PQGA no Estado, Marcelo Galdino, se reuniram com o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Amapá, Marcelo Creão, acompanhado de sua assessoria, no dia 17 de outubro, para planejar ações conjuntas. Além de dar continuidade aos procedimentos de planejamento para a realização do Seminário “Gestão Ambiental e Territorial dos Municípios do Amapá”, o encontro também traçou as ações para a realização do Diagnóstico da Gestão Ambiental dos Municípios do Amapá.

Encontros com novos gestores

Após as eleições alguns Governos Estaduais organizaram, ainda no ano de 2016, atividades com os (as) gestores (as) eleitos (as), em especial concentrando as atenções na mobilização do Executivo Municipal. O IBAM esteve presente em eventos nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Acre, nos meses de novembro a dezembro. Estes encontros se mostraram estratégicos para a realização de articulações e pré-agendamentos de encontros com os novos gestores municipais.

Encontro de Prefeitos e Vereadores – Transição Responsável para uma Gestão de Qualidade

O encontro realizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Ministério Público de Contas dos Municípios e Escola de Contas Públicas, em parceria com a Assembleia Legislativa, ocorreu entre os dias 3 e 4 de novembro, em Belém. O evento reuniu em torno de duas mil pessoas, incluindo Prefeitos e vice-Prefeitos, assessores, secretários e técnicos municipais e contou com a presença dos analistas socioambientais do IBAM Willian Resende e Julia Sobreira.

Os encontros realizados em Macapá e São Luís foram inciativas dos Governos Estaduais e tiveram como objetivo apresentar aos novos Prefeitos e Prefeitas os programas estaduais voltados para os Municípios.

Parceria entre ABRH/RJ e IBAM

Em mais um ano de parceria com a ABRH-RJ o IBAM apoiou o Congresso de Gestão de Pessoas, o Fórum do Setor Público e o Prêmio Ser Humano ABRH-RJ 2016.

Congresso de Gestão de Pessoas

O Congresso RH-RIO 2016 teve a intenção de inspirar líderes e gestores de pessoas, em especial os profissionais de RH, a terem uma atitude otimista e positiva, gerando a motivação necessária para engajar as pessoas na superação de desafios em suas organizações.

Realizado no mesmo ano das Olímpíadas e Paralimpíadas no Rio de Janeiro, a 42ª edição do Congresso trouxe a visão do esporte para o mundo corporativo, onde também ocorrem sucessos, fracassos, emoções, crescimentos, adversidades, dedicação, persistência, superações e aprendizados.

Dessa forma, os valores olímpicos da amizade, respeito e excelência e os valores paralímpicos da determinação, da coragem, da igualdade e da inspiração, nos quais se baseou a construção do Congresso, estiveram presentes nos diversos temas e cases que tiveram por objetivo levar o público a repensar suas práticas organizacionais e buscar inspiração para a ação em momentos difíceis e adversos.

Assim como aconteceu nos anos anteriores, assessores técnicos do IBAM apoiaram todo o processo de elaboração e execução do Congresso e coordenaram a "Trilha de Gestão Pública" que nesta edição abordou os temas: "Em Cenário de Crise, qual o papel e o perfil do gestor público", "Aposentadoria na Gestão Pública: Como ficará" e "Papo de Responsa: Engajamento no Setor Público é Possível?".

Fórum – Setor Público 2016

O Fórum de Gestão Pública, organizado pela ABRH-RJ, foi realizado no dia 30 de junho no Rio de Janeiro, com o apoio do IBAM, e contou com a presença de aproximadamente 55 pessoas. Teve por objetivo provocar reflexões e debates sobre as melhores práticas das organizações públicas do Estado do Rio de Janeiro, cujos modelos de gestão são baseados em objetivos, metas de desempenho, influenciando a produtividade de seus colaboradores e a qualidade dos serviços públicos prestados, repercutindo diretamente no desempenho e aumentando o compromisso dos servidores com a satisfação e qualidade de vida da sociedade.

A Superintendente de Organização e Gestão do IBAM participou da abertura do evento e os técnicos do Instituto alocados na área de capacitação do PQGA foram palestrantes no painel "A capacitação no âmbito do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – PQGA", quando foi discutida a organização da estrutura da capacitação com ênfase na formação continuada e treinamento dos tutores.

Prêmio Ser Humano ABRH-RJ 2016

Pelo oitavo ano consecutivo o IBAM apoiou o Prêmio Ser Humano – ABRH-RJ, iniciativa que destaca e premia ações inovadoras na área de gestão de pessoas, nas categorias “Médias/Grandes Empresas”, “Organizações do Setor Público”, “Organizações do Terceiro Setor” e “Trabalhos Acadêmicos”, e colaborou na avaliação dos cases selecionados na categoria “Organizações do Setor Público”, cujo prêmio foi conferido ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI pelo “Programa Qualidade de Vida INPI”.

O evento também homenageou o Programa “Papo de Responsa”, desenvolvido pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, que vai às escolas públicas e privadas para promover o diálogo entre os jovens e a Polícia.

Parcerias com instituições nacionais e internacionais

Concurso Atlas do Desenvolvimento Humano

Na Casa da ONU, em Brasília, foi realizada cerimônia de premiação dos autores dos onze artigos vencedores do concurso Atlas do Desenvolvimento Humano e lançamento da publicação que reuniu os textos, com apresentação do Professor Ladislau Dowbor sobre gestão pública municipal.

O IBAM integrou a comissão que avaliou os artigos postulantes ao prêmio e esteve representado no evento pelo seu Superintendente Geral.

O representante residente do PNUD e coordenador residente do Sistema ONU no Brasil, Niky Fabiancic, destacou a importância do uso de dados e indicadores, além da participação social, para que se promova a transformação da realidade.

Capacitação para educadores

O IBAM celebrou, em 26 de janeiro, acordo de cooperação técnico-pedagógica com a Associação Brasileira de Educação – ABE para realização de Programa Especial de Capacitação para Educadores Municipais – cursos e oficinas presenciais em temas que têm por objetivo o desenvolvimento e aperfeiçoamento de competências dos profissionais do Magistério Público Municipal.

Seminários sobre eleições municipais

A Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro – AEMERJ promoveu, com o apoio do IBAM e de outras instituições, encontros visando orientar os atuais e os futuros agentes políticos em face do encerramento dos mandatos e dos procedimentos relacionados com as eleições municipais.

O seminário “Processo eleitoral 2016 e condutas vedadas” realizou-se no dia 21 de março com a presença de expressivo número de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais e outros agentes públicos, além de candidatos a cargos nas próximas eleições.

No dia 7 de abril o seminário “Providências para o encerramento do mandato” também contou com número elevado de interessados, especialmente responsáveis pelas atividades relacionadas com o término da gestão.

O IBAM esteve presente e seus representantes proferiram palestras nos dois eventos.

Palestra no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Rio Janeiro

No mês de março de 2016 representante do IBAM proferiu palestra sobre controle social e orçamento em oficina realizada para os conselheiros do idoso da cidade do Rio de Janeiro.

Prefeito Empreendedor

Reconhecer projetos de estímulo ao desenvolvimento de pequenos negócios e à modernização da gestão pública, contribuindo de forma efetiva para o desenvolvimento econômico e social do Município, foi o objetivo da IX edição do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor (PSPE).

O IBAM apoia o Prêmio, especialmente na etapa inicial, quando realiza a avaliação e pré-seleção dos projetos inscritos.

7º Encontro Nacional do CB27

O Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), incluindo o Distrito Federal, realizou no dia 29 de março de 2016 o seu 7º Encontro Nacional. O evento ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, com intensa programação de atividades dos membros do Fórum, parceiros e convidados, cuja missão é fortemente identificada com o protagonismo do CB27, voltado para a sustentabilidade e o enfrentamento da mudança do clima.

O Superintendente Geral do IBAM enfatizou as potencialidades do CB27 e destacou as oportunidades que o Fórum abre à cooperação da importante rede de parceiros à qual se integra. Além do IBAM, o CB27 agrega às suas atividades instituições como ICLEI, WRI, CDP, Conservação Internacional (IC), WWF, C-40, ANAMMA e outras.

Conferências nacionais de direitos humanos

Entre 25 e 29 de abril de 2016 foram realizadas as cinco conferências nacionais de direitos humanos que tiveram os seguintes temas: Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os conselhos dos direitos da criança e do adolescente; Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – por um Brasil de todas as idades; Por um Brasil que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT; Os Desafios na Implementação da Política da Pessoa com Deficiência: a transversalidade como radicalidade dos direitos humanos; e Direitos Humanos para todas e todos: democracia, justiça e igualdade.

A Conferência Nacional contou com a presença de mais de sete mil delegados que tiveram a missão de propor e avaliar as políticas públicas. O representante do IBAM integrou a delegação do Rio de Janeiro. O evento em Brasília sucedeu a conferência do Estado do Rio de Janeiro, que aconteceu no dia 11 de março, também com a participação de especialista do Programa de Direitos e Cidadania do IBAM.

4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

A 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília, entre os dias 10 e 13 de maio de 2016.

Reunindo cerca de 3 mil mulheres de todo o país, as discussões reafirmaram a importância do estado democrático de direitos e a garantia da manutenção de pautas conquistadas, como os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência. Outros temas estratégicos foram pautados como urgentes de avanços, tais como: a subrepresentação das mulheres no poder e os serviços de saúde da mulher. A representante do IBAM, eleita delegada estadual, participou da Conferência.

Políticas públicas e participação do IBAM em Conselhos

Os conselhos de políticas públicas são canais efetivos de participação nos quais a prática da cidadania vai além do simples exercício de um direito – sua importância é fortalecer a participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas.

A exemplo de anos anteriores, integrantes da equipe do IBAM atuaram junto ao Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDIM) e ao Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (CMAS-RJ), com o objetivo de contribuir para o aprimoramento do controle da gestão das políticas públicas.

Atividades no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/CEDIM-RJ

Juliana Leite, assessora técnica do IBAM, é Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM). A representação do IBAM no CEDIM completa mais de 12 anos de ativa participação nas deliberações e monitoramento das políticas públicas estaduais desenvolvidas para as mulheres.

Entre as principais atividades em 2016 destacam-se: reuniões de monitoramento das ações da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, ligada a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro; articulação com deputadas estaduais da Comissão Parlamentar de Defesa dos Direitos das Mulheres para garantir orçamento na manutenção dos serviços de atendimento às mulheres em situação de violência; mobilização e participação em audiências públicas de defesa dos direitos das mulheres.

Atividades no Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS-RJ

Com o objetivo de contribuir para o aprimoramento do controle da gestão da política de assistência social, o representante do IBAM, Hérculis Toledo, integra, desde 2015, a coordenação da Comissão de Normas do CMAS.

As principais ações de 2016 podem ser verificadas no detalhamento a seguir.

Aplicação do Plano de Acompanhamento e Fiscalização para a Rede de Assistência Social

Entre os meses de fevereiro e abril roram realizadas visitas a mais de 20 entidades de atendimento para aplicação do instrumental do Plano de Acompanhamento e Fiscalização para a Rede de Assistência Social.

Capacitação para a Regularidade e Inscrição 2016

Anualmente são capacitadas entidades inscritas no CMAS para o preenchimento do Plano de Ação e do Relatório de Atividades que compõem a solicitação de regularidade e inscrição no CMAS/RJ. A metodologia e os conteúdos apresentados foram elaborados com o apoio do representante do IBAM no Conselho.

Revisão da Lei de Criação e Regimento do CMAS/RJ

Em 2016, o Conselho buscou reformular a Lei e o Regimento do Conselho para atender aos requisitos recomendados para o funcionamento dessa instância participativa. Com o objetivo de sanar dúvidas e dificuldades nesse trabalho o coordenador da Comissão, representante do IBAM no CMAS devolveu, com apoio da Consultoria Jurídica do Instituto, metodologia de trabalho que facilitou a análise dos instrumentos legais e os ajustes necessários.

Rede de Sustentabilidade das Instituições Públicas do Estado do Rio de Janeiro

Tendo em vista sua atuação junto às administrações públicas, o IBAM foi convidado e passou a integrar a Rede de Sustentabilidade, um canal de intercâmbio de experiências em práticas sustentáveis, comuns e concernentes a todos os órgãos públicos das esferas federal, municipal e estadual e os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, instalados no Estado do Rio de Janeiro, que tem como missão fomentar e estimular o desenvolvimento sustentável em órgãos e entidades públicas.

As instituições que integram a Rede formularam compromissos a partir dos programas e diretrizes da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que tem como eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, educação e sensibilização ambiental, melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, licitações sustentáveis, construções sustentáveis e responsabilidade socioambiental.

Para acompanhar as atividades previstas, o IBAM indicou representantes para participar dos seis eixos da Agenda Ambiental da Administração Pública: Gestão de Resíduos, Sensibilização e Capacitação, Qualidade de Vida, Licitações Sustentáveis, Construções Sustentáveis e Responsabilidade Socioambiental.

Gestão de Iluminação Pública

O IBAM, em apoio à coordenação do Fórum de Gestão de Iluminação Pública, foi responsável pela apresentação do tema "Indicadores de Qualidade na Gestão do Sistema de Iluminação Pública", com o propósito de ressaltar aos Municípios a importância do estabelecimento de parâmetros básicos de atendimento (indicadores de qualidade), em função do tamanho da cidade ou pela quantidade de pontos de iluminação pública, a serem utilizados como referências para melhoria dos serviços e no processo de contratação.

Considerado como o único evento anual que promove o debate sobre a gestão do sistema de iluminação pública, a 5ª Exposição e Fórum de Gestão de Iluminação Pública foram realizados nos dias 13, 14 e 15 de junho de 2016 em São Paulo (SP).

À esquerda, Luciana Hamada, assessora do IBAM, moderadora do primeiro bloco do Workshop sobre LEDs. À direita, representantes do IBAM, Luiz Rapini e Carlos Magno Pereira, palestrantes do tema "Indicadores de Qualidade na Gestão do Sistema de Iluminação Pública"

Com o tema geral “Novas Tecnologias, Gestão, Parcerias e Financiamento em Iluminação Pública”, o Fórum de Iluminação Pública contou com a participação de mais de 48 especialistas de todo o país, entre palestrantes e moderadores.

Profissionais dos segmentos listados a seguir integravam o grupo presente aos eventos:

Prefeituras Municipais e Entidades Públicas Federal, Estadual e Municipal; Empresas de Distribuição de Energia Elétrica e Concessionárias de Serviços Públicos; Fornecedoras de Produtos e Tecnologias para Iluminação Pública; Empresas de Prestação de Serviços para Iluminação Pública; Associações de Classe; Construtoras e Empresas de Consultoria; Agências Reguladoras; Instituições de Ensino, ONGs e Fundações de Fomento e Pesquisa.

22º CIAED – Congresso Educação a Distância

De 21 a 23 de setembro a coordenadora de ensino da ENSUR/IBAM marcou presença no 22º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, realizado na cidade de Águas de Lindóia/SP, discorrendo sobre “Lições aprendidas com a Comunidade de Prática (CoP) em um Projeto de Qualificação técnica para elaboração de Planos de Resíduos Sólidos”.

Conselho Regional de Administração – CRA/RJ

A coordenadora de ensino do IBAM participou como debatedora no VIII ENCAD RH 2016, realizado no dia 30 de novembro na sede do CRA, Rio de Janeiro, cujo tema central foi Sustentabilidade em Gestão de Pessoas.

Atividades Internacionais

Habitat III

O IBAM esteve presente à III Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada de 17 a 20 de outubro de 2016 na cidade de Quito, capital do Equador. Essa série de conferências vem ocorrendo a cada vinte anos, desde 1976 em Vancouver, Canadá, depois em 1996, em Istambul e agora na capital equatoriana. O resultado foi a aprovação da chamada Nova Agenda Urbana que poderá inspirar as políticas públicas dos governos nas duas próximas décadas. O IBAM esteve representado em inúmeras atividades realizadas durante a Conferência pelo seu Superintendente Geral Paulo Timm e por urbanistas assessores técnicos do Instituto.

Melhores Práticas, Políticas Públicas e a Nova Agenda Urbana

O Fórum Iberoamericano e do Caribe sobre Melhores Práticas realizou uma atividade especial durante o Habitat III. O evento, sob o título "Elevando a Escala das Boas Práticas a Realização de Políticas Públicas", foi realizado no dia 19 no Pavilhão do Governo da Espanha, patrocinador do Fórum.

O tema expressa uma nova fase do protagonismo do Fórum que se propõe, num movimento de baixo para cima, inspirar as políticas públicas com o que se realiza de mais inovador, transformador e identificado com a geração efetiva de benefícios genuinamente demandados pelas populações mais vulneráveis das cidades. A orientação do trabalho do Foro para a construção de políticas públicas se propõe a dar sentido à multiplicidade de boas práticas verificadas nas cidades mas que, na maioria das vezes, são episódicas e sem compromisso com mudanças mais profundas e de maior escala nos meios de vida urbanos. A questão central que inspira essa nova fase do Fórum parte do princípio que se tais práticas são, de fato, dignas dos destaques e dos prêmios que costumam ganhar, porque não constituem a prática comum dos atores estratégicos que tem mandatos e recursos para atender às demandas urbanas?

Atividades do IBAM na Costa Rica

No período de 3 a 7 de maio de 2016 o IBAM esteve presente em várias atividades na Costa Rica. Como membro fundador do Foro Iberoamericano sobre Melhores Práticas, participou de reuniões de coordenação e planejamento das atividades dessa rede técnica de trabalho para o período 2016 – 2020 e da apresentação de sua trajetória e plano de ação para o futuro como parte da programação da XIII Bienal Internacional de Arquitetura da Costa Rica, organizada pelo Colégio de Arquitetos desse país.

O representante do IBAM cumpriu uma série de atividades. Na XIII Bienal Internacional de Arquitetura da Costa Rica participou das atividades do Fórum Iberoamericano e do Caribe sobre Melhores Práticas e deu depoimento sobre o temário da próxima edição do evento. A convite da Fundación Promotora de Vivienda (FUPROVI) proferiu palestra sobre “Territorio, Ciudades y Ciudadanos Sostenibles: Políticas Públicas y Planificación en la Construcción de Espacios Simbióticos de Vida” para uma audiência de diretores e técnicos da entidade e convidados de outras instituições e do governo costarriquenho. Na Universidad de Costa Rica (UCR) proferiu palestra para estudantes do curso de arquitetura sobre “Cidade, Sustentabilidade, Resiliência e Mudança do Clima”.

Ensino presencial ou a distância

Foco em políticas públicas e gestão administrativa para fortalecer e aprimorar competências e habilidades do Governo e da sociedade

Ensino

A Escola Nacional de Serviços Urbanos – Ensur, criada em 1965, confirma o pioneirismo do IBAM na realização de ações educacionais voltadas para o desenvolvimento dos servidores públicos. Inicialmente voltada para técnicos de Prefeituras e Câmaras Municipais, hoje também recebe em seus cursos servidores públicos federais, estaduais, estudantes, profissionais liberais e consultores.

Os primeiros cursos oferecidos – Curso de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Municipal e Urbano – Cemuam, Curso de Administração Municipal – Cam e Curso de Engenharia de Sistemas Urbanos – Cesu –, todos em nível de pós-graduação, foram inovadores e alavancaram a criação de cursos desta natureza em universidades.

Suprir as demandas de capacitação, acompanhar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e desenvolver soluções inovadoras para os Municípios foi e continua a ser uma das principais características da Ensur, que a partir de 1988 voltou seu enfoque para cursos de extensão, de curta duração e de caráter mais prático.

Desde então IBAM e Ensur vêm ampliando e diversificando suas ações. Atualmente, além de um Programa Anual de Capacitação, desenvolve outras estratégias educacionais para o fortalecimento de Escolas de Governo e órgãos responsáveis pela formação de servidores, atua na realização direta de cursos, estudos e pesquisas, além de prestar assessoria técnica em programas e projetos que tenham na capacitação um de seus componentes.

Programa de Capacitação

O Programa de Capacitação se caracteriza pela oferta de temas diversificados, em diferentes modalidades e formatos – sob a forma de cursos presenciais ou a distância, oficinas de trabalho, seminários, visitas técnicas, fóruns de debate e palestras –, organizados nos seguintes eixos temáticos:

- Direito, Administração, Gestão e Técnicas de Governo.
- Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade.
- Finanças Públicas.
- Políticas Públicas Setoriais.

Atualmente o Programa reúne 56 cursos e oficinas presenciais e 20 cursos a distância.

As atividades presenciais – cursos, palestras, seminários e oficinas – são realizadas na sua sede ou de forma descentralizada, atendendo demandas municipais ou territoriais.

Os cursos a distância, oferecidos e realizados on-line no Ambiente Virtual de Aprendizagem do IBAM (AVA-IBAM), têm formato de autoinstrução ou contam com apoio de tutoria especializada, consolidaram-se como alternativa para agentes políticos, gestores e servidores públicos de diversos níveis que buscam autonomia de estudos e redução de custos nos processos de desenvolvimento e capacitação. Os cursos realizados pelo Programa Anual da ENSUR na modalidade a distância são comentados a seguir.

Atendimento e prestação de serviço às pessoas com deficiência

Em razão de convênio celebrado com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, o curso foi direcionado para profissionais das áreas de turismo (turismólogos, guias turísticos, profissionais de hotelaria, de bares e de restaurantes), transporte, voluntários de grandes eventos, profissionais da saúde e assistência, lideranças comunitárias e pessoas com deficiência, abordando conceitos relacionados com políticas públicas de inclusão, acessibilidade e especificidades do atendimento à pessoa com deficiência.

O curso, que contou com tutoria especialmente selecionada e treinada, teve duração de 30 horas e foi organizado em três unidades de estudo:

- Inclusão e Diversidade Humana.
- Acessibilidade e Políticas Públicas.
- Atendimento para Pessoas com Deficiência.

Foram recebidas 622 inscrições e certificados (as) 299 alunos (as) em seis turmas.

Assessoria técnica em produção/atualização de conteúdos

A Fundação Ulysses Guimarães contratou o IBAM para assessorá-la na revisão técnica e atualização do conteúdo do curso para Gestores Públicos Municipais, realizado em parceria com o Instituto, dividido em três módulos: Módulo Básico, ou Módulo I – Noções Gerais de Administração Pública; Módulo II – Competências e atuações do Poder Legislativo, e Módulo III – Competências e atuações do Poder Executivo.

O curso proporciona a atualização e o aperfeiçoamento dos gestores dos Poderes Legislativo e Executivo, desenvolvendo-lhes competências necessárias ao desempenho de suas funções governativas; é também voltado ao cidadão que tem interesse em entender a mecânica das administrações públicas municipais para o exercer o pleno exercício da cidadania.

Treinamento encerra assessoria ao Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Duque de Caxias

O projeto de assessoria técnica ao Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Duque de Caxias (CMDM/DC), encerrado em maio de 2016, fortaleceu o papel do IBAM na interlocução e facilitação de diálogos entre o poder público e a sociedade civil.

Durante um ano, foram desenvolvidas ações que subsidiaram a atuação do CMDM na defesa dos direitos das mulheres caxienses, tais como: a revisão das normativas ligadas ao CMDM; parecer técnico contábil para o Fundo Municipal de Direitos da Mulher; pesquisa qualitativa com as mulheres em situação de violência atendidas pelos serviços psicossociais; a realização do Curso para a Rede Municipal de Enfrentamento à violência contra a Mulher, com carga horária de 80 horas; e a construção do Protocolo da Rede de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência.

O curso contou com a participação de 96 gestoras/gestores e profissionais ligados às instituições que compõem a Rede de Enfrentamento. A integração e o diálogo entre esses atores fomentaram importantes reflexões sobre os desafios e avanços necessários ao aperfeiçoamento dos serviços. A partir dessas discussões, os subsídios foram aprofundados na construção conjunta do Protocolo da Rede de Atendimento que se tornou como um documento de referência para o aperfeiçoamento das ações de acolhimento, acompanhamento e apoio às mulheres em situação de violência.

Capacitação para a construção do Plano Decenal Estadual de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

O IBAM vem trabalhando com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Norte para a formação, formulação e implementação do Plano Decenal Estadual de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Estado.

Entre as ações executadas para a construção do Plano Decenal, foram realizadas escutas com jovens e adolescentes de diferentes realidades do Estado – aqueles que cumprem medidas socioeducativas, que estão em acolhimento institucional, que são acompanhados por serviços da política pública, entre outros.

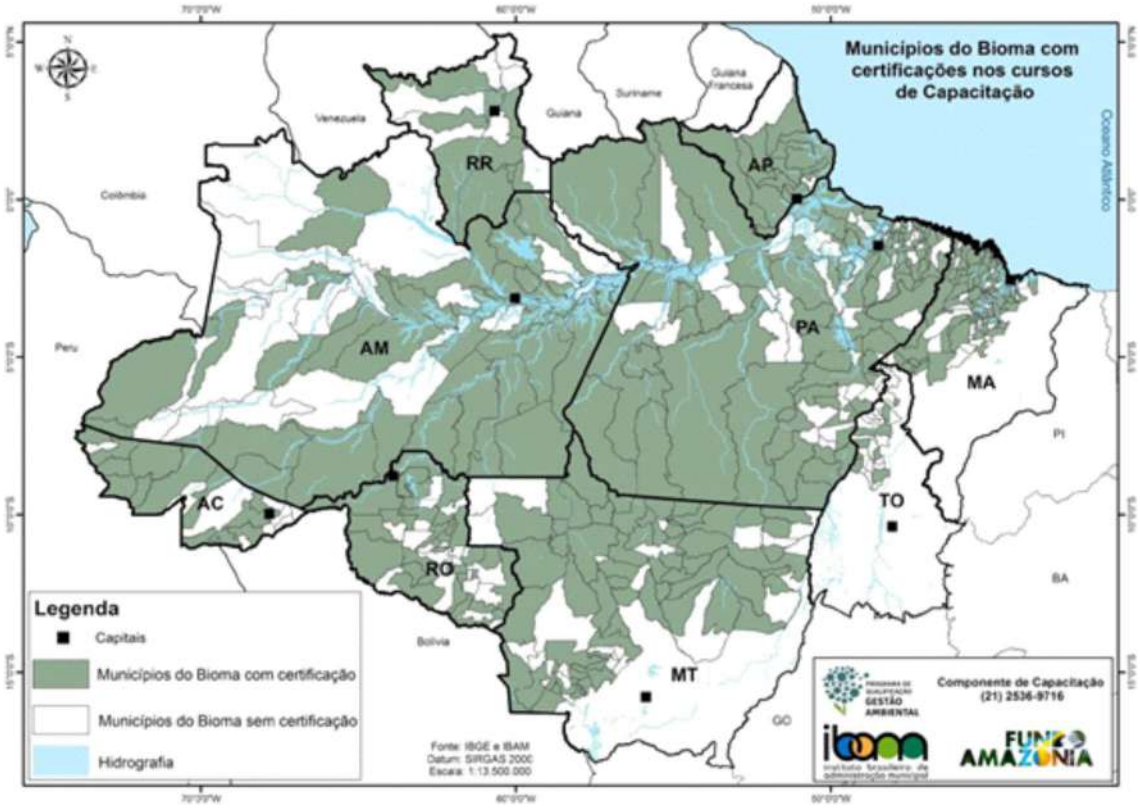
Foram desenvolvidas as atividades de sensibilização, mobilização e estudos descritas a seguir:

- acompanhamento das assembleias mensais e ordinárias do CONSEC no sentido de garantir a discussão sistemática do processo de formulação do Plano;
- mapeamento dos programas, projetos, serviços e ações de atendimento aos direitos humanos de crianças e adolescentes, por meio de levantamento de dados secundários e entrevistas com Secretários de governo das áreas de educação, saúde, assistência social, técnicos, coordenadores, representantes do judiciário, do Ministério Público, da defensoria Pública e de entidades da sociedade civil;
- moderação de reuniões com a Comissão Intersetorial de acompanhamento do processo de formulação do PDDHCA, com apresentação de material técnico produzido pelo IBAM;
- assessoria aos agentes do Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Criança e do Adolescente envolvidos por meio de telefone, e-groups e via fanpage do Programa Direitos e Cidadania do IBAM no facebook;
- curso presencial de Formação em Direitos Humanos para 60 pessoas;
- sete oficinas de escuta nos seguintes Territórios de Identidade e respectivas cidades-polos: Agreste Litoral Sul (Canguaretama), Sertão do Apodi (Apodi), Alto Oeste (Pau dos Ferros), Seridó (Caicó), Terras Potiguaras (Natal), Mato Grande (João Câmara) e Trairi (Santa Cruz). Foram mobilizados para participação nas oficinas 500 representantes de sete dos Territórios de Identidade existentes, os quais compreendem 80% dos Municípios do Estado, representantes de conselhos municipais de assistência social, dos direitos da criança e do adolescente, da saúde, conselheiros tutelares, técnicos e gestores das áreas da saúde, educação, assistência social e de programas direcionados para crianças e adolescentes, bem como adolescentes e jovens. Cabe registrar que em cada Território pelo menos 40% dos Municípios estavam representados;

- duas oficinas de escuta com crianças de Natal – uma na Escola Estadual Clara Camarão, com a participação de 20 alunos e alunas do 5º ano, com idades entre 10 e 12 anos, e outra na Escola Estadual Alfredo Pegado, com 25 alunos e alunas do 3º ano, com idades entre 8 e 9 anos;
- quatro oficinas de escuta com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas nos Municípios de Natal e Pitimbu – medidas de internação, de inserção em regime de semiliberdade e de liberdade assistida. Ao todo participaram das atividades 34 adolescentes – 14 do sexo feminino e 20 do sexo masculino – com idades entre 14 e 18 anos;
- uma oficina de escuta com participantes da "Formação Sociopolítica de Adolescentes e Jovens", coordenada pela Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA Casa Renascer. Participaram sete adolescentes – cinco do sexo masculino e dois do feminino – com idades entre 14 e 18 anos e provenientes dos Municípios de Apodi, Goianinha, Guamaré, Ielmo Marinho, Natal, Vera Cruz e Viçosa. Ao todo, estiveram representados seis Territórios de Identidade: Alto Oeste, Agreste Litoral Sul, Potengi, Sertão Central, Sertão do Apodi e Terras Potiguaras.

Capacitação em Gestão Ambiental

No âmbito do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia, ao longo de 2016 foram agregados mais seis cursos àqueles oferecidos em 2015, totalizando 16 cursos. Foram ofertadas 95 turmas, sendo 89 na modalidade educação a distância, quatro na modalidade presencial e duas mistas, combinando momentos presenciais e aprendizado a distância. Dos 3.761 participantes, 2.035 conseguiram nota satisfatória para certificação.



Municípios do bioma com participantes certificados nos cursos de capacitação em gestão ambiental

O programa ofereceu os seguintes cursos:

- Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- Introdução à Geotecnologia;
- Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Organização do Governo Municipal;
- Gestão Ambiental Municipal;
- Sistema de Convênios (SICONV)
- Bioma Amazônia e Desmatamento;
- Política Nacional de Meio Ambiente;
- Licenciamento Ambiental;
- Gestão Financeira Municipal;
- Capacidades Municipais para Gestão Ambiental;
- Instrumentos para a Gestão Ambiental;
- Manejo para a Conservação Florestal;
- Controle do Desmatamento no Município;
- Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR);
- Execução e Controle Orçamentário-Financeiro.

Os cursos proporcionaram uma maior capilaridade das ações de assessoria técnica, uma vez que alcançaram participantes em grande parte dos Municípios do bioma.

Cursos realizados em parceria com instituições estaduais

Além de cursos ofertados exclusivamente pelo IBAM destacam-se também aqueles realizados com parceiros locais, permitindo o fortalecimento da articulação institucional com entidades estratégicas na região. Esta articulação incluiu a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Programa Maranhão Sustentável, Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amazonas, Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso e Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente. Os cursos realizados foram: Sistema de Cadastro Ambiental Rural, Sistema de Gestão de Convênios e Licenciamento Ambiental Municipal.

Comunidades de Aprendizagem

Além dos cursos de capacitação tiveram continuidade os fóruns de debate virtual denominados Comunidades de Aprendizagem (CA), inseridos no contexto do PQGA. Elas se configuram em estratégia inovadora de educação continuada, por meio de redes colaborativas, permitindo a ampliação de conhecimento e a troca de experiências pela interação entre os participantes e destes com a equipe do IBAM. Como principal canal de troca, as CAs utilizam plataformas já bem difundidas de comunicação digital, com base em aplicativos para smartphones (Telegram e WhatsApp).

Identificou-se o potencial das Comunidades para dois públicos distintos: um formado por egressos dos cursos de capacitação e outro de Secretários e técnicos dos órgãos municipais de meio ambiente dos Municípios que integram o Bioma. No primeiro caso as CAs, denominadas CAs temáticas, contam com profissional que atua como mediador(a) da Comunidade, que instiga o

debate e esclarece dúvidas. Ao longo do ano foram criadas, a partir dos cursos, oito CAs temáticas que mobilizaram 184 participantes.

As CAs formadas por Secretários Municipais são denominadas CAs por UF. Os Estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão e Pará contaram com CAs por UF em 2016, com destaque para o estado do Pará que, além da intensa participação indicada no gráfico apresentado a seguir, dispunha de uma comunidade de Secretários de Meio Ambiente e outro de técnicos.

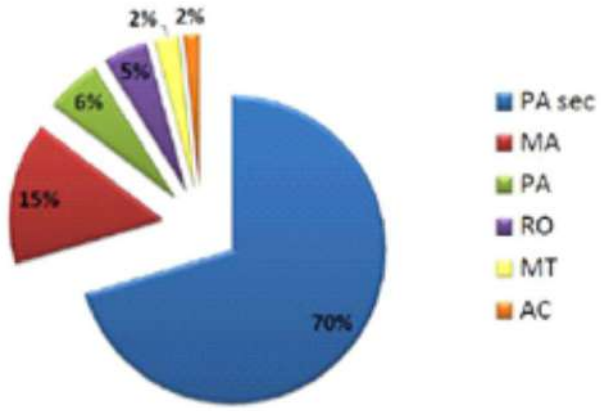


Gráfico: percentual de atividade nas CAs por UF

Ao final de 2016 havia oito CAs por UF com 343 integrantes. Em função de mudanças nos quadros do Executivo Municipal, essas CAs possivelmente sofrerão ajustes em 2017.

Pós-graduação a Distância

O programa de cooperação técnica, científica e cultural com a Uniasselvi para a realização de cursos em nível de pós-graduação, pelo sistema de ensino a distância, destinado a profissionais (gestores e técnicos) de todo o território nacional que atuam ou tenham interesse em aprofundar seus conhecimentos em políticas públicas e gestão municipal teve continuidade com o lançamento de dois novos MBAs que virão, em 2017, a se juntar aos de especialização em Gestão e Políticas Públicas Municipais e Políticas e Gestão de Serviço Social – Finanças e Política Fiscal e Gestão Pública.

Em 2016, 377 alunos participaram dos cursos oferecidos pela parceria IBAM/Uniasselvi. A distribuição dos alunos por curso e modalidade é indicada no quadro a seguir:

Curso	Participantes		
	On-line	Semipresencial	Total de participantes por curso
Gestão e Políticas Públicas Municipais	92	19	111
Políticas e Gestão de Serviço Social	76	190	266
Total de participantes por modalidade	168	209	377

Uma rede de ações para o seu governo

Desenvolvimento institucional e governança

Sustentabilidade, cidadania e direitos

Assessoria Técnica

O IBAM trabalha para o desenvolvimento institucional da Administração Pública no propósito de estimular transformações e promover a excelência do relacionamento entre Governo e Sociedade. O aperfeiçoamento das relações cotidianas mediante a melhoria das políticas públicas e dos instrumentos de gestão financeira, tributária e fiscal; da gestão de pessoas; dos serviços públicos urbanos em geral; do planejamento estratégico, urbano e ambiental; da geração de emprego e renda e dos direitos humanos, assegurando a primazia da racionalidade, a participação democrática na alocação dos recursos e a transparência na gestão são objetivos permanentemente perseguidos.

Gestão Ambiental nos Municípios do Bioma Amazônia

As atividades desenvolvidas pelo IBAM em 2016, no âmbito do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia, de diversas naturezas, incluíram a capacitação em gestão ambiental, elaboração de pareceres jurídicos e notas técnicas, produção de acervo de boas práticas em gestão ambiental, além de assessoria em temas específicos por meio de oficinas técnicas. Algumas das atividades realizadas foram previstas à luz das eleições municipais, no sentido de fortalecer alianças já estabelecidas, ampliar os interlocutores beneficiados e alinhar as atividades às oportunidades e limitações identificadas em um cenário de transição política.

Premiação de Boas Práticas em Gestão Ambiental

Lançado em novembro de 2015, com inscrições abertas até abril de 2016, o Prêmio Gestão Ambiental no Bioma Amazônia recebeu inscrições de 140 práticas executadas por Governos Municipais ou organizações da sociedade civil, público-alvo da premiação. Oito dos nove Estados do Bioma estiveram representados por práticas realizadas em 183 dos 530 Municípios do Bioma, dos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins.

O gráfico reproduzido a seguir, elaborado a partir das práticas inscritas, permite visualizar informações importantes sobre as agendas ambientais no bioma desenvolvidas por governos e por organizações da sociedade civil.

Foram avaliadas práticas nas seguintes categorias: ordenamento territorial e fundiário; monitoramento, controle e recuperação ambiental; produção sustentável e incentivos destinados à conservação; governança socioambiental e educação ambiental.

Sessenta e uma práticas foram habilitadas por uma Comissão Técnica para posterior avaliação da Comissão Especial do Prêmio, composta por representantes do Governo, imprensa, de instituições acadêmicas e da área de responsabilidade social que definiu as dez práticas premiadas, sendo duas por categoria, uma executada por governo municipal e outra por organização da sociedade civil.

A cerimônia de premiação ocorreu na cidade de Belém, no Pará, no dia 21 de junho e reuniu representantes das práticas premiadas, assim como daquelas agraciadas com certificado de reconhecimento de mérito, além de autoridades de governos federal, estaduais e municipais e dirigentes e representantes de organizações da sociedade civil. O Superintendente geral do IBAM e a Coordenadora Geral do PQGA/IBAM participaram do evento.

Acreditando na capacidade das boas práticas de contribuir para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas ambientais, após a premiação o IBAM deu início a exposições itinerantes em shoppings de grande circulação nas cidades de Belém, Manaus e Cuiabá, Estados que tiveram práticas agraciadas com o Prêmio. As exposições continham totens de divulgação das dez práticas premiadas e tablets onde o público respondia pesquisa e votava na prática favorita.

Outro esforço voltado para a disseminação das experiências incluiu a produção de banco de dados com o acervo de práticas que será disponibilizado para consulta pública, bem como a elaboração de uma publicação registrando e apresentando as práticas premiadas.

Descentralização da Gestão Ambiental na Amazônia

Diante dos desafios enfrentados por órgãos ambientais municipais na implementação de sistemas de licenciamento ambiental, em especial os do bioma Amazônia, as ações voltadas para apoiar os processos de descentralização do licenciamento ambiental estiveram pautadas na formulação de novos padrões para o licenciamento considerando as características dos empreendimentos licenciados e os objetivos do controle ambiental pelos Municípios.

A partir deste entendimento foram desenvolvidos instrumentos técnicos específicos, eficientes, que permitem dimensionar os esforços institucionais necessários para a estruturação do setor

(equipe técnica, investimentos) e o processo de trabalho para a adequação ambiental das atividades econômicas sob controle do Município (levantamento dos empreendimentos que serão licenciados, projeção do valor das taxas e plano de trabalho para a consecução da tarefa).

Esse conjunto de ferramentas foi articulado sob a forma de instrumento de planejamento denominado Plano para Adequação do Licenciamento Ambiental Municipal. O conjunto de soluções técnicas para o licenciamento ambiental, além do seu valor instrumental, representou avanço na agenda de descentralização ambiental, com a formulação de roteiros metodológicos e guias de soluções técnicas que tomaram como base condições típicas dos Municípios amazônicos e dos empreendimentos que devem ser controlados por eles.

Ao longo do ano de 2016 foram realizadas oficinas-piloto junto a Municípios de Mato Grosso, envolvendo os consórcios Vale do Teles Pires, e Portal da Amazônia e do Maranhão, tendo como público-alvo Municípios da região do Alto Turi, Baixada e Litoral Ocidental.

Um dos desafios para a equipe técnica do IBAM foi pensar em metodologia de trabalho que contemplasse Secretarias de diferentes níveis de estruturação tanto de Municípios habilitados quanto não habilitados para o licenciamento. Esta diversidade favoreceu um ambiente de troca de informações, aprendizagem e de proposição de soluções para problemas comuns.

Outro ganho efetivo foi dar aos Municípios segurança sobre sua autonomia legislativa e administrativa para definir novos procedimentos para o licenciamento, organizando à sua maneira a gestão ambiental municipal, seja na implantação de tipologias diferentes de licenças como na cobrança diferenciada de taxas.

Assistência Técnica em Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

O IBAM elaborou, a partir de visitas técnicas e entrevistas com gestores, estudo sobre a destinação final adequada de resíduos sólidos, como resposta à demanda por apoio técnico apresentada por vários Municípios atendidos pelo PQGA. As dificuldades técnicas e econômicas enfrentadas no manejo adequado de seus resíduos sólidos impacta na qualidade ambiental da região.

Neste sentido foi prestada assistência técnica em resposta a algumas demandas específicas, incluindo os Municípios de Lábrea e Humaitá, situados na mesorregião do sul amazonense, que vêm sendo afetados pela suspensão e mesmo paralisação de voos comerciais em razão da

proximidade dos locais de disposição final dos resíduos sólidos dos aeroportos públicos instalados nos seus territórios.

No Estado do Amapá, por solicitação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento das Cidades, o IBAM elaborou estudo de caso sobre áreas para disposição final dos resíduos sólidos dos Municípios de Cutias do Araguari, Ferreira Gomes e Porto Grande. O documento analisa os conflitos existentes entre conservação ambiental e disposição final dos resíduos sólidos.

Gênero e Direitos Humanos: vídeos promovem igualdade de gênero

A parceria entre IBAM, Instituto Coca-Cola Brasil (ICCB) e ONU Mulheres integrava-se ao objetivo geral do Pacto Global dos Princípios de Empoderamento das Mulheres.

O trabalho entre as três instituições teve como propósito a construção de conteúdos para a incorporação da perspectiva de gênero, direitos humanos, empoderamento de mulheres e facilitação de grupos nos currículos de formação do ICCB, e se firma como iniciativa estratégica de sensibilização para as desigualdades de gênero e investimento na autonomia e melhoria da condição econômica das mulheres.

Encerrando essa parceria, além da publicação *Projeto Gênero e Direitos Humanos: construindo diálogos para a autonomia econômica*, foram lançados três vídeos educativos, frutos de um processo de construção coletiva das três instituições, ferramentas importantes para entender os temas e fomentar debates sobre a garantia de direitos das mulheres, como se pode observar nas sinopses a seguir.

Vídeo 1 – Você já pensou sobre o que todas as pessoas têm em comum? Somos todos seres humanos. Apesar de diferentes, somos todos livres e iguais. E, por isso, precisamos ser respeitados e protegidos. Os Direitos Humanos estão todos escritos e registrados na Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU. Eles são universais, indivisíveis e independentes. É preciso que todas as pessoas do mundo conheçam seus direitos, pois garantir que os direitos humanos sejam efetivos e respeitados é responsabilidade de todos e todas nós.

Vídeo 2 – Imagine se alguém fizesse as suas escolhas por você. Imagine se não escutassem a sua opinião em escolhas que afetam a sua própria vida! Essa é a realidade de muitas mulheres, e é por isso que elas precisam ser empoderadas. Mas o que isso significa?

Vídeo 3 – Desde cedo, meninos e meninas aprendem o que podem e o que não podem fazer. São levados a acreditar que suas escolhas são determinadas pelo sexo, o que tem consequências sérias para as mulheres, que se tornam vítimas da desigualdade. Essa realidade tem que mudar. Precisamos construir uma cultura de mais igualdade, mais direitos e mais oportunidades para todas e todos.

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá

O IBAM deu início à elaboração do PDDI/RMVRC. O trabalho é uma iniciativa da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (Agem/VRC) e tem como marco legal o Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/2015) e a legislação estadual vigente sobre o assunto.

Os Municípios integrantes da região são: Acorizal, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger e Várzea Grande. Outros sete Municípios, que compõem o Entorno Metropolitano, também são objeto do trabalho. O temário do PDDI está estruturado em três eixos, a saber: I – Desenvolvimento econômico e social e políticas setoriais; II – Planejamento do uso e ocupação do solo e mobilidade e; III – Preservação e conservação do meio ambiente e saneamento básico. Estão em foco as funções públicas de interesse comum (FPICs) e estratégias para o desenvolvimento regional.

Vista aérea da capital, Cuiabá

Saneamento

Reunião do Codem

Viola de Cocho / cultura e economia populares

Junto ao trabalho técnico, foram realizadas várias atividades e audiências nos seis Municípios com interlocutores qualificados locais com o objetivo de desenvolver o diagnóstico para o PDDI. Para acesso público, foram criadas uma página na Internet (www.pddivrc.ibam.org.br), uma página na rede social (www.facebook.com/agemmt/home) e um endereço eletrônico (pddivrc@ibam.org.br).

As atividades do projeto encerraram o ano de 2016 com uma seção do Conselho Deliberativo Metropolitano da Região do Vale do Rio Cuiabá (Codem), quando o coordenador do projeto pelo IBAM realizou uma apresentação geral sobre o andamento do trabalho, prestou esclarecimentos aos conselheiros e debateu questões que poderiam vir a ser encaminhadas para a fase de propostas.

Programa Parcerias Ambientais Público Privadas – PAPP

Com apoio do Fundo Multilateral de Investimentos – FUMIN do Banco Interamericano, em parceria com o Instituto Chico Mendes para a promoção da Biodiversidade – ICMBio e o Ministério do Meio Ambiente – MMA, o IBAM vem implementando o PAPP com o objetivo geral de "formular e fomentar a aplicação de modelos de parcerias ou alianças ambientais público-privadas voltados para o aproveitamento sustentável das potencialidades econômicas das Unidades de Conservação (UCs) com vistas à melhoria da gestão e a conservação da biodiversidade, bem como a geração de benefícios sociais e econômicos para o entorno".

Em 2016 foram concluídos os estudos básicos que integram o Componente 1 do Programa, destinado a traçar o cenário atual da gestão das UCs federais, ao encargo do ICMBio:

- Diagnóstico do panorama atual e dos cenários de sustentabilidade econômica e de governança da gestão das UCs em nível federal, e consolidação de perspectivas e diretrizes.

- Avaliação geral do estágio de implementação das UCs federais, enfocando a utilização e a evolução dos instrumentos para consolidação da UC, tais como: planos de manejo, regularização fundiária, criação e efetividade de conselhos e suas implicações para a sustentabilidade da gestão.

- Avaliação da atual situação do nível de desenvolvimento e o Estado da Arte da gestão das UCs no Brasil em comparação ao resto do mundo, identificando os fatores positivos e negativos.

No mesmo período foi iniciado o estudo de caso do Parque Nacional do Caparaó, que visa avaliar as atuais condições de gestão e apontar perspectivas de negócios em parceria, capazes de ampliar oportunidades econômicas para as populações do entorno, incrementar a visitação e gerar receitas capazes de responder pela gestão do Parque, além de desenvolvido o plano de comunicação do programa e implementado seu site.

Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis

Foi concluído em 2016 a execução do projeto Integração de Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis, iniciado em 2015 junto ao então Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Os estudos técnicos se somaram a um documento orientador resultante de uma Oficina de Trabalho Internacional, resultando em uma publicação ilustrada e um documentário de cerca de uma hora de duração realizado com interlocutores qualificados no assunto.

Trata-se de um estudo propositivo visando aperfeiçoar a integração intersetorial, federativa e territorial de políticas públicas incidentes nas condições de sustentabilidade das cidades. Nesse sentido, o trabalho reúne propostas e recomendações de caráter cognitivo-cultural; político-administrativo; operacional e técnico gerencial e; tecnológico.

Serviços e soluções para a gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e

A cobrança por serviços de qualidade e transparência na aplicação dos recursos são determinantes para que a administração pública busque novos modelos para modernizar a sua gestão a fim de atender às diversas necessidades dos cidadãos.

Uma das prioridades dos gestores municipais tem sido o fortalecimento da capacidade institucional do governo por meio da melhoria da arrecadação tributária.

Neste cenário, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN tem recebido atenção especial em todos os seus níveis de processamento, desde a manutenção do cadastro dos contribuintes completo, correto e atualizado, até eficazes ações de fiscalização visando à redução da evasão fiscal e da inadimplência em relação a este imposto.

Atualmente o ISSQN é importante fonte de receita própria para os Municípios que investiram adequadamente em tecnologias, minimizando a dependência em relação aos repasses federais e estaduais.

O IBAM dispõe de Metodologia de Gestão do ISSQN que contempla:

- revisão e aperfeiçoamento dos processos;
- adequação da legislação tributária municipal;
- capacitação profissional;
- proposição de ações fiscais inteligentes;
- assessoramento jurídico-tributário.

As ferramentas eletrônicas que suportam a metodologia são:

- Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e;
- Gestão do Imposto dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Registro Auxiliar da Nota Fiscal de Serviços – RANFS®;
- Declaração Eletrônica de Serviços das Instituições Financeiras – DES-IF;
- NFS-e mobile;
- Módulo de Gestão dos Arquivos SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal;
- Módulo de Fiscalização.

Atualmente implantado em mais de 80 Municípios, entre capitais, pequenos, médios e grandes, a metodologia de gestão do ISSQN proporciona transparência na relação com o contribuinte e busca alcançar a redução dos custos de gestão, o uso de ferramentas tecnológicas, a gestão da informação com inteligência fiscal, e a devida otimização da arrecadação do ISSQN.

Em que pese a conjuntura econômica e a situação fiscal dos Municípios brasileiros, ao final de 2016, mais de 390 mil contribuintes encontravam-se cadastrados no Sistema de Gestão do ISSQN e foram responsáveis pela arrecadação de R$ 1.272.000.000,00 do Imposto aos cofres dos respectivos municípios, refletindo um incremento de 5% nesta receita em relação ao ano anterior, atestando a efetividade da metodologia disponibilizada.

Gestão da Dívida Ativa

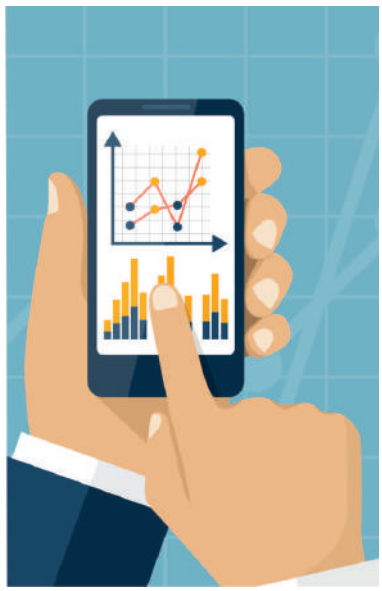
O assessoramento em desenvolvimento institucional com foco na Recuperação de Créditos e Gestão da Dívida Ativa abrange a revisão dos procedimentos administrativos para inscrição,

cobrança, recebimento e baixa da dívida ativa, capacitação de servidores municipais, depuração e atualização do banco de dados, determinação de estratégias de recuperação de créditos, inscritos ou não em dívida ativa, e acompanhamento e assessoramento à recuperação de créditos municipais.

Os contratos com os Municípios Bragança Paulista, Jundiaí, e da Estância Turística de Salto, todos no Estado de São Paulo, tiveram resultado positivo na arrecadação dos valores inscritos em Dívida Ativa, em comparação com o arrecadado no ano anterior.

Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho

Planos de Cargos são instrumentos que contribuem para consolidar as políticas de recursos humanos expressas na legislação, corrigir distorções funcionais e de remuneração, organizar a estrutura de cargos e os vencimentos dos servidores municipais, de forma a assegurar condições para atrair e manter pessoal qualificado e motivá-lo no sentido de um constante aprimoramento de seu desempenho funcional. Esses planos podem ser elaborados para os servidores municipais em geral ou especificamente para o Magistério Público Municipal.



A revisão e efetiva implantação de um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho possibilita à administração municipal recursos para valorizar e melhor aproveitar o potencial dos seus servidores, bem como subsidiar o recrutamento de novos servidores com vistas a alcançar, mais rapidamente, os resultados organizacionais pretendidos.

Em 2016 o IBAM elaborou projetos de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Estruturação de Sistema de Avaliação de Desempenho para as Prefeituras Municipais de Forquilhinhas/SC, de Barão de Cocais/MG e de Três Rios/RJ, bem como da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (FCCR), de São José dos Campos/SP.

Atualmente o IBAM está assessorando as Prefeituras Municipais de Carapicuíba/SP e de Guaxupé/MG na elaboração dos seus Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistemas de Avaliação de Desempenho.

Também em 2016 o Instituto assessorou a Câmara Municipal de Resende/RJ na revisão e consolidação da atual legislação municipal que versa sobre os cargos efetivos e vencimentos do quadro permanente do legislativo para elaborar o novo Plano de Cargos e Carreiras e Sistema de Avaliação de Desempenho.

Revisão e Atualização de Lei Orgânica e de Regimento Interno de Câmaras Municipais

A Lei Orgânica norteia a vida da Administração local, visando ao bem-estar social e ao desenvolvimento local, oferecendo ao Município instrumentos para enfrentar as transformações da cidade.

Para assegurar a efetiva operacionalização dos trabalhos legislativos, é necessário também que o Regimento Interno da Câmara Municipal, norma disciplinadora do funcionamento do órgão legislativo e dos direitos e deveres dos parlamentares e partidos que compõem o Legislativo Municipal, esteja em consonância com a LOM.

O IBAM em 2016 assessorou as Câmaras de Itajubá/MG e de Três Corações/MG na revisão e atualização de Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno Cameral, com o objetivo de apontar as inconstitucionalidades, ilegalidades e impropriedades existentes e, conforme as distorções apresentadas, propor novos textos contendo os dispositivos mais apropriados a esses instrumentos legislativos. Os textos incorporaram, além dos comandos de ordem jurídica, novos processos de trabalho, de acordo com a realidade local, modernizando todo o processo legislativo da Casa.

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

O Estatuto dos Servidores Municipais é a lei municipal que estabelece os direitos e deveres dos servidores da Administração direta, autárquica e fundacional.

A fim de suprimir as falhas porventura existentes, compatibilizar a legislação local com a Constituição Federal, as Prefeituras Municipais de Cândido de Abreu/PR, de Carapicuíba/SP, de Barão de Cocais/MG e de Forquilhinhas/SC contaram com a assessoria técnica do IBAM para atualizar a legislação municipal relativa aos direitos, deveres e responsabilidades dos seus servidores, adequando-a à jurisprudência dos Tribunais e à doutrina dominante.

Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração e Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério Público

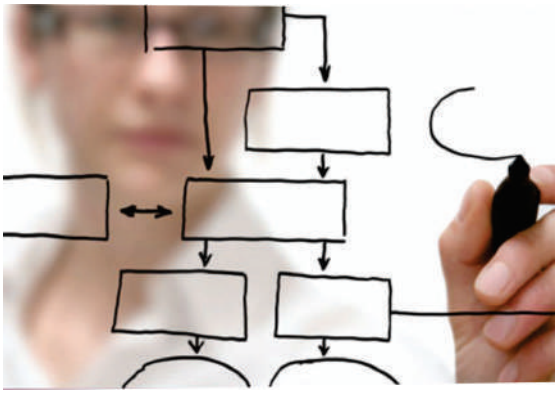
A valorização e o melhor aproveitamento do potencial dos servidores do Magistério Público Municipal são os resultados mais evidentes da revisão e implementação desse Estatuto, segundo os princípios básicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 2016, as Prefeituras Municipais de Areal/RJ, de Forquilhinhas/SC, de Guaçuí/ES, de Barão de Cocais/MG e de Uruana de Minas/MG tiveram a assessoria técnica do Instituto na revisão do seu Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração e Sistema de Avaliação de Desempenho do Magistério Público.

Cálculo de Impacto Financeiro dos Novos Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos

A partir de análise das informações das folhas de pagamento e na perspectiva da implantação das novas políticas de gestão de pessoas – entre elas as novas tabelas de vencimentos, promoções e progressões –, o IBAM assessorou a Fundação Cultural Cassiano Ricardo de São José dos Campos/SP na elaboração do Projeto de Cálculo do Impacto Financeiro do Novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos com objetivo de prever o impacto financeiro desses eventos no momento da implantação do Plano e no futuro, quando as possibilidades de avanço forem implementadas. O Projeto também trata do detalhamento e registro dos critérios de análise utilizados para obtenção dos resultados do estudo de forma que a FCCR possa aplicá-los no futuro para realizar novos cálculos.

Nesta mesma linha, o IBAM iniciou o mesmo projeto para a Prefeitura Municipal de Carapicuíba/SP e para a Companhia de Saneamento Ambiental (SAAE) de Atibaia/SP.

Reestruturação Administrativa



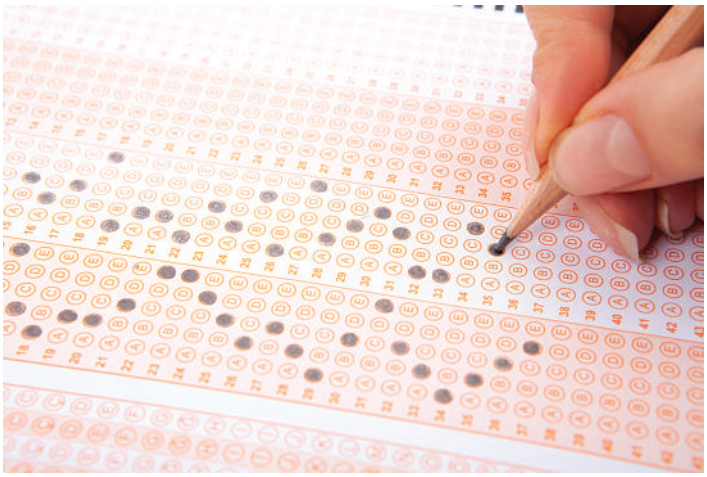
Trabalhos com foco na reestruturação organizacional visam adequar as administrações municipais ao desempenho de suas finalidades, diante das demandas da população e dos objetivos e programas de ação governamental, estabelecendo mecanismos de aproximação entre o Governo e a comunidade, tendo em vista a melhor gestão dos recursos e serviços públicos.

Além da revisão do desenho organizacional, o projeto descreve as atribuições e responsabilidades dos ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento e os quantifica, definindo símbolos e valores.

Foram finalizados em 2016 as Reestruturações das Prefeituras de Forquilhinhas/SC, Guaxupé/MG, Barão de Cocais/MG, e da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, de São José dos Campos/SP.

Concurso Público

Captar e desenvolver o capital humano na Administração Pública é assunto que requer estratégia e investimento que vai muito além do mero cumprimento dos dispositivos legais que regem a matéria. O assessoramento que o IBAM faz na realização de concursos públicos e processos seletivos, que inclui a realização de todas as etapas do certame, desde a elaboração dos instrumentos normativos até a homologação dos resultados finais, é o resultado dos muitos anos de experiência do Instituto, onde a estreita articulação com a equipe da instituição nas definições e decisões necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos é fator decisivo de sucesso.



Os concursos realizados no ano de 2016 tiveram como motivação principal entre os gestores, além da recomposição dos seus quadros, esvaziados pelos processos de aposentadoria, a preocupação com o preenchimento de posições mais especializadas decorrentes de novos serviços públicos implementados. Dessa forma os concursos realizados pelo IBAM tiveram como responsabilidade captação de profissionais que fossem capazes de além de aplicar seus conhecimentos técnicos capazes de operar novas políticas de prestação de serviços junto à população.

Esse é um movimento importante na gestão de pessoas pois o concurso assume características diferentes na medida em que a motivação para a sua realização passa da preocupação com a simples reposição dos quadros para a reposição qualificada. Com isso o concurso público se torna requisito básico para a melhoria e crescente profissionalização do corpo de servidores públicos.

Para a efetiva aferição dos conhecimentos necessários ao exercício dos cargos e empregos objeto dos concursos, as provas foram elaboradas pelas bancas examinadoras do IBAM tendo como base a definição do perfil do cargo, os requisitos para admissão e os conteúdos e campos de conhecimentos requeridos para o seu desempenho. Além disso as questões elaboradas tiveram sempre o cunho situacional onde o candidato aplicou o conhecimento adquirido em questões do dia a dia do trabalho realçando a aplicação do conhecimento técnico sobre o conhecimento memorizado.

Para que as provas fossem instrumentos capazes de aferir conhecimentos e a sua aplicação em situações diárias de trabalho o IBAM contou com banca composta por profissionais especialistas, reconhecidos nas suas áreas de conhecimento, com vasta experiência na metodologia de trabalho do Instituto. Todas firmaram termo de compromisso acerca da qualidade técnica e do sigilo que envolve o processo.

Também, neste ano, dado o número de inscritos nos concursos e a realização concomitante de certames, empregamos toda a nossa experiência na logística necessária à sua realização através da atuação de uma equipe com larga experiência em trabalhos de campo desse tipo, tanto quanto à aplicação da legislação pertinente quanto a gestão de fluxos, atividades e tarefas.

Foram realizados 32 concursos públicos e processos seletivos, como demonstrado no quadro a seguir.

Cliente	Cargos/ Empregos	Número de Inscritos
Prefeitura Municipal de Franca - SP	54	6.149
Prefeitura Municipal de Santos - SP	119	67.785
Câmara Municipal de São Vicente - SP	15	6.580
Prefeitura Municipal de Piraí - RJ	9	1.800
Prefeitura Municipal de Cubatão - SP	18	3.031
Prefeitura Municipal de Mauá - SP	31	1.251
Fundação de Saúde de Rio Claro - SP	29	2.669
Caixa de Assistência ao Servidor Público Municipal - Capep – Santos - SP	9	8.511
Prodesan - Progresso e Desenvolvimento de Santos - SP	10	760
Prefeitura Municipal de Franca - SP	54	6.481
Prefeitura Municipal de Ascurra - SC	25	389
Prefeitura Municipal de Campo Belo do Sul - SC	42	479
Emasa - Empresa Municipal de Águas e Saneamento - Balneário Camboriú - SC	1	1.625
Prefeitura Municipal de Barra do Piraí - RJ	79	10.701
Prefeitura Municipal de Lebon Régis - SC	19	283
Prefeitura Municipal de Itamonte - MG	15	1.191
Prefeitura Municipal de Guaxupé - MG	62	5.668
Conselho Regional de Educação Física/CREF3 - SC	16	669
Prefeitura Municipal de Indaial - SC	26	859
Prefeitura Municipal de São Lourenço - MG	20	4.601
Prefeitura Municipal de Catanduva - SP	63	7.233
Prefeitura Municipal de Araraquara - SP	10	1.482
Câmara Municipal de Mirassol - SP	4	526
Prefeitura Municipal de Catanduva - SP	63	7.233
Prefeitura Municipal de Gaspar - SC	2	139
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - Samae de Gaspar - SC	2	139
Prefeitura Municipal de Imbituba - SC	40	1.102
Prefeitura Municipal de Calmon - SC	50	844
Prefeitura Municipal de Caçador - SC	15	777
Prefeitura Municipal de Guabiruba - SC	26	285
CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo - SC	6	1.510
Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante - RN	1	630

Compromisso social

Tendo a valorização da cidadania explícita no texto da sua missão, o IBAM intensifica a cada ano o exercício desse compromisso, visível na diversificada natureza dos trabalhos realizados, entre os quais destaca-se o conjunto de ações que privilegia o aperfeiçoamento da participação popular e da transparência das políticas públicas nas áreas de inclusão e assistência social e da promoção dos direitos humanos.

Entre as organizações de cunho social o IBAM é uma instituição singular em sua criação e trajetória, mantendo total fidelidade ao conjunto de valores nucleares que forma o seu ideário e que sempre orientou a sua conduta, atestando, dessa forma, o seu caráter exemplar.

Desde sua origem, é agente catalisador de mudanças sociais, atuação comprometida com a proposta de descentralização político-administrativa estabelecida na Carta Magna e concebida como estratégia de democratização da sociedade e de construção de uma cidadania ativa. É um instituto de pesquisas, de estudos, de disseminação de informações e de cultura, além de ser uma instituição de ensino e de ação técnica.

O IBAM trabalha, em todos os seus campos de atuação, para que um número crescente de pessoas se aproxime de recursos, informações e, em síntese, do direito à cidadania. Esta prática tem sido materializada de forma diferenciada ao longo do tempo, mantendo, entretanto, uma característica básica: a presença constante nos debates que promovam a democracia participativa e, consequentemente, a valorização da inclusão dos diferentes segmentos sociais. O Instituto, portanto, socializa sem ônus seu produto mais refinado: o conhecimento que gera.

O Instituto se mantém como entidade de Filantropia da Assistência Social desde sua origem. É membro permanente do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Infantil no Estado do Rio de Janeiro e do Fórum Nacional Lixo e Cidadania "Criança no lixo nunca mais". Integra também, desde sua criação, o Comitê Nacional de Combate à Dengue do Ministério da Saúde; é membro do Fórum Nacional e Estadual de Economia Solidária e do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado, sendo ainda membro-integrante do corpo de conselheiros no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM.

Além disto, atende a todas características essenciais das entidades e organizações de assistência social elencadas no artigo 1º da Resolução 191 do CNAS. Presta assessoria de forma continuada, permanente e planejada, por meio de serviços, programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos, pela construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecendo os movimentos sociais e atuando sobre a capacitação de lideranças.

Eficiência Energética

O IBAM, com o objetivo de adequar a conformidade do atual sistema de iluminação artificial do seu edifício-sede, com as diretrizes da NBR ISO/CIE 8995-1, que determina a iluminância de ambientes por classe de tarefa visual, e propor a adequação para o atendimento ao requisito legal, encaminhou o Projeto do Sistema de Iluminação para a 2ª Chamada Pública de Projetos (CPP) de Eficiência Energética da LIGHT Serviços de Eletricidade S.A.

Os resultados obtidos com o Projeto de Eficiência Energética representam a oportunidade do IBAM adequar em sua sede os preceitos de eficiência energética e a qualidade ambiental que a Instituição defende nas assessorias técnicas e atividades de capacitação que realiza junto às Administrações Públicas do país, especialmente as Municipais.

Ao longo de 2016, entre os 32 clientes da LIGHT participantes, o Projeto do IBAM foi aprovado técnica e qualitativamente nas fases que compõem a CPP, pela comissão avaliadora do Programa de Eficiência Energética da LIGHT, atendendo integralmente às regras do Edital e da ANEEL, bem como as regras comerciais da LIGHT.

A execução dos trabalhos, prevista para o início de 2017, beneficiará a redução do consumo de energia elétrica de cerca de 8,31 MWh e a redução de demanda na ponta, em torno de 1,11 kWh.

A Chamada Pública de Projetos (CPP) tem por finalidade selecionar propostas de projetos de eficiência energética e uso racional de energia elétrica para integrar o Programa de Eficiência Energética (PEE) das distribuidoras de energia elétrica, em cumprimento ao disposto na Legislação Federal, em especial a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007, Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e da regulamentação emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Resolução Normativa nº 556, de 2 de julho de 2013.

Além dos benefícios da redução do consumo de energia elétrica, a experiência do IBAM possibilitou o aprendizado no tema e contribuições para o processo de seleção da CPP da LIGHT, tais como:

- o uso inovador de software de simulação no Projeto do IBAM foi essencial para a criação dos cenários propostos para o Projeto de Eficiência Energética, se apresentando como importante ferramenta de aferição dos resultados de projeto luminotécnicos a serem propostos, além de permitir representar as características particulares do projeto de retrofit da edificação em interação com o estudo luminotécnico;
- a constatação de que a escolha de luminárias e lâmpadas disponíveis no mercado deve ser feita de forma criteriosa, uma vez que muitos congêneres não apresentam os requerimentos de qualidade e de eficiência exigidos pelas normas brasileiras;
- a oportunidade do IBAM incentivar os Municípios na participação das CPPs das distribuidoras

de energia elétrica locais, para a eliminação do desperdício de energia elétrica encontrado nas diversas unidades consumidoras municipais, por meio dos projetos de eficiência energética.

Atividades de assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro

Os projetos de assessoramento desenvolvidos pelo IBAM tiveram por finalidade contribuir para o aprimoramento da gestão pública em diversas áreas setoriais, em especial a política de assistência social, atendendo aos dispositivos da NOB 2012 e da NOB RH SUAS 2006, criando melhores condições para que o Município possa implementar políticas de enfrentamento à pobreza na perspectiva da democracia, as políticas ambientais e de sustentabilidade e ainda as ações relativas à consolidação de práticas e formulação de diretrizes que tratam a questão ambiental de forma sistêmica e integrada.

Neste sentido, os resultados alcançados após a intervenção do IBAM junto à administração pública e outras entidades de direito público ou privado refletem-se na qualificação das funções de planejamento, captação de recursos, gestão, monitoramento, avaliação, oferta e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, entre outros.

A exemplo de anos anteriores, integrantes da equipe do IBAM atuaram junto ao Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (CMAS-RJ), com o objetivo de contribuir para o aprimoramento do controle da gestão da política de Assistência Social, e também junto ao Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDIM).

Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação nos quais o exercício da cidadania vai além do simples exercício de um direito – sua importância está na sua função de fortalecer a participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas. Particularmente no CMAS-RJ as principais atividades desenvolvidas estão relacionadas a seguir.

Aplicação do Plano de Acompanhamento e Fiscalização para a Rede de Assistência Social – Entre os meses de fevereiro e abril foram feitas visitas a mais de 20 entidades de atendimento para aplicação do instrumental do Plano de Acompanhamento e Fiscalização para a Rede de Assistência Social.

Capacitação da Regularidade e Inscrição 2016 – Anualmente são capacitadas entidades inscritas no CMAS para o preenchimento do Plano de Ação e elaboração do Relatório de Atividades que compõem a solicitação para regularidade e inscrição no CMAS/RJ. A metodologia e os conteúdos apresentados foram executados com o apoio do IBAM.

Revisão da Lei de Criação e Regimento do CMAS/RJ – Para atender aos requisitos recomendados para funcionamento dessa instância participativa, o representante do IBAM no CMAS, com o apoio da Consultoria Jurídica do Instituto, devolveu nova metodologia de trabalho.

Participação na Oficina no Conselho Municipal do Idoso da Cidade do Rio Janeiro – Representante do IBAM, palestrou sobre controle social e orçamento na oficina para os conselheiros do idoso.

Política de Direitos Humanos

Conferências municipal, estadual e nacional de direitos humanos

Foram realizadas conferências nacionais de direitos humanos com os seguintes temas: Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os conselhos dos direitos da criança e do adolescente; Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – por um Brasil de todas as idades; Por um Brasil que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT; Os Desafios na Implementação da Política da Pessoa com Deficiência: a transversalidade como radicalidade dos direitos humanos; e Direitos Humanos para todas e todos: democracia, justiça e igualdade. A Conferência Nacional ocorreu no mês de abril e contou com a presença de mais de sete mil delegados que tiveram a missão de propor e avaliar as políticas públicas. Representante do IBAM integrou a delegação do Rio de Janeiro.

No Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM), ligado à Subsecretaria de Política para as Mulheres (SUPIM), a representação do IBAM completou 12 anos de ativa participação nas deliberações e apoio ao trabalho de consolidação das políticas públicas para as mulheres. Neste Conselho foi proferida palestra sobre Elaboração de Projetos para o SICONV para 40 gestoras dos organismos municipais de políticas para as mulheres, coordenadoras de centros de atendimento e conselheiras municipais e estaduais de direitos da mulher. A exposição fez parte do Curso de Capacitação “Construindo novas relações entre os gêneros e seus impactos nas políticas públicas” promovido pela Subsecretaria Estadual de Políticas para as Mulheres do Rio de Janeiro.

Partilhando conhecimentos

As ações desenvolvidas nesta linha são voltadas para gestores, trabalhadores e entidades com o objetivo de (a) ampliar o conhecimento público sobre políticas públicas; (b) incorporar o conhecimento produzido pela sociedade sobre a defesa dos direitos de cidadania, na perspectiva da intersetorialidade, como referência na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

São exemplos de estudos e publicações disponíveis em meio virtual, sem qualquer custo:

- *Revista de Administração Municipal* com temas atuais que estão na agenda de trabalho dos gestores e técnicos de governo, disponível para o público em versão on-line ou para download.
- *Notas técnicas* preparadas para o Programa de Qualificação Ambiental – Municípios Bioma Amazônia, organizadas em dois grupos temáticos: Gestão e Governança Ambiental Municipal e Agenda Ambiental Municipal.
- *Políticas Públicas para Cidades Sustentáveis*.
- *Manual do Prefeito.*
- *O Vereador e a Câmara Municipal*.
- *Boas Práticas de Gestão Ambiental – Bioma Amazônia*.

- *Mapeamento de Oportunidades para Gestão Ambiental Adequada na Amazônia*.
- *Guias para o Licenciamento Ambiental* (Termos de Referência para Licenciamento de Atividades de Impacto Local).
- *Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal – LOM*.

Integrantes da equipe do IBAM marcaram presença em importantes eventos relacionados às políticas sociais, compartilhando estudos e análises de temas que estão na agenda do dia para a administração pública e que podem se apresentar como adequadas para a melhoria das condições de vida da população, reduzindo as situações de vulnerabilidade e risco social:

- **Colóquio Internacional**. *Os dilemas da desigualdade na América Latina*. 3 de março e 6 de abril, Rio de Janeiro. Organização: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais – CLACSO; Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO, Sede Acadêmica Brasil e Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, PPFH/UERJ. Local: UERJ, Campus Maracanã, Rio de Janeiro.
- **X Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Norte**. Tema: *Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente*. 3 de março, Natal/RN. Organização: Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social do Rio Grande do Norte – SETHAS e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Norte.
- **II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro 2016**. Tema: *Oitenta anos do Serviço Social no Brasil*. 11 e 13 de maio. Organização: Conselho Regional do Serviço Social 7ª Região.
- **XVIII Encontro Nacional do CONGEMAS** – Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social – *Plano Decenal – Concretizando o pacto federativo*. 23 a 25 de maio, Brasília/DF. Organização e apoio: CONGEMAS com apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- **15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS** – *Oitenta anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão*. 5 a 9 de setembro, Olinda/PE. Organização do CFESS, do CRESS-PE, da Abepss e da Enesso.
- **II Encontro de Jovens Indígenas do Rio Grande do Norte**. 29 de novembro e 1º de dezembro de 2016, Macaíba/RN. Organização: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME.
- **Premiação do Selo UNICEF no Rio Grande do Norte**. 2 de dezembro de 2016, Natal/RN. Organização: Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF.

Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

BALANÇO PATRIMONIAL
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO			PASSIVO		
	2016	2015		2016	2015
CIRCULANTE	**12.261.065,89**	**16.027.260,99**	**CIRCULANTE**	**6.813.917,27**	**5.058.343,76**
DISPONIBILIDADES	**52.086,10**	**1.219.552,24**	FORNECEDORES	**188.124,28**	**139.983,07**
SALDOS BANCÁRIOS VINCULADOS	**209.508,66**	**45.687,43**	SALÁRIOS A PAGAR	**253.909,46**	**203.427,56**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**6.245.039,19**	**5.453.775,74**	ENCARGOS DIVERSOS A RECOLHER	**103.947,44**	**80.911,20**
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CTA VINCULA	**1.967.220,81**	**-**	IR E OUTRAS RETENÇÕES A RECOLHER	**198.839,31**	**183.481,44**
CONTAS A RECEBER	**3.659.055,59**	**9.158.460,05**	OUTRAS CONTAS A PAGAR	**-**	**16.799,42**
Convênios e Contratos	3.879.534,45	9.203.179,55	CRÉDITOS VINCULADOS A PROJETOS	**2.176.729,47**	**84.836,96**
Créditos de Liquidação Duvidosa	(220.478,86)	(44.719,50)	EMPRÉSTIMOS / FINANCIAMENTOS	**588.085,67**	**-**
Contas a Receber - Outras	-	-	PROVISÕES	**3.304.281,64**	**4.348.904,11**
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	**5.000,00**	**5.000,00**			
ESTOQUES	**86.659,39**	**82.133,98**			
DESPESAS ANTECIPADAS	**36.496,15**	**22.651,55**			
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	**-**	**40.000,00**			
NÃO CIRCULANTE	**6.290.270,26**	**6.464.613,35**	**NÃO CIRCULANTE**	**-**	**-**
INVESTIMENTOS	**-**	**-**	EMPRÉSTIMOS / FINANCIAMENTOS	-	-
IMOBILIZADO	**6.290.270,26**	**6.464.613,35**			
Imóveis, Equipam. e Instalações	6.559.639,08	6.559.639,08			
Móveis, Veículos e outras imobilizações	960.349,57	960.349,57	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**11.737.418,88**	**17.433.530,58**
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	(1.229.718,39)	(1.055.375,30)	PATRIMÔNIO SOCIAL	**17.433.530,58**	**16.916.022,88**
			AJUSTES DO EXERCICIO ANTERIOR	**(5.703.042,22)**	**-**
			SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	**6.930,52**	**517.507,70**
TOTAL DO ATIVO	**18.551.336,15**	**22.491.874,34**	**TOTAL DO PASSIVO**	**18.551.336,15**	**22.491.874,34**
COMPENSAÇÃO	**44.410.902,12**	**26.716.324,64**	**COMPENSAÇÃO**	**44.410.902,12**	**26.716.324,64**
CONTINGENCIAS TRIBUTÁRIAS	-	-	CONTINGENCIAS TRIBUTÁRIAS	-	-
SEGUROS	8.495.000,00	7.090.000,00	SEGUROS	8.495.000,00	7.090.000,00
CONSIGNAÇÕES	10.207,94	14.600,60	CONSIGNAÇÕES	10.207,94	14.600,60
CLIENTES / FATURAS	86.732,00	75.232,00	CLIENTES / FATURAS	86.732,00	75.232,00
CONTRIBUIÇOES PREVIDENCIARIAS	3.092.341,04	2.874.792,68	CONTRIBUIÇOES PREVIDENCIARIAS	3.092.341,04	2.874.792,68
PROJETOS EM EXECUÇÃO	32.726.621,14	16.661.699,36	PROJETOS EM EXECUÇÃO	32.726.621,14	16.661.699,36
TOTAL GERAL	**62.962.238,27**	**49.208.198,98**	**TOTAL GERAL**	**62.962.238,27**	**49.208.198,98**

Luiz Claudio Ferreira da Silva
Contador
CRC RJ 089614/0-0
CPF: 937.633.107-97

Paulo Timm
Superintendente Geral
RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ
CPF: 457.512.429-04

Demonstração de Resultados

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	dez/16	dez/15
RECEITAS OPERACIONAIS	**40.635.704,92**	**41.900.418,71**
RECEITAS DAS ÁREAS OPERACIONAIS	**40.635.704,92**	**41.900.418,71**
Contratos e Outros	32.126.668,11	37.044.688,85
Convênios	8.345.154,81	4.787.003,26
Cursos e Seminários	163.882,00	68.726,60
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	**1.207.167,46**	**365.729,93**
Livraria	24.673,54	67.384,12
Aplic.Financeiras - Automaticas	30.456,64	261.494,53
Aplic.Financeiras - Investimentos	1.102.137,67	-
Outras receitas	49.899,61	36.851,28
TOTAL RECEITA	**41.842.872,38**	**42.266.148,64**
CUSTOS DOS PROJETOS	**36.779.453,59**	**36.515.313,89**
Projetos Filantropicos	8.372.066,80	8.469.495,81
Outros Projetos	28.407.386,79	28.045.818,08
DESPESAS OPERACIONAIS	**5.056.488,27**	**5.233.327,05**
ADMINISTRAÇÃO GERAL	**5.056.488,27**	**5.233.327,05**
Pessoal - Proventos	941.473,89	1.286.590,55
Encargos Sociais e Trabalhistas	707.375,06	867.603,64
Beneficios	584.266,10	570.418,58
Serviços de Terceiros	1.035.924,50	758.126,41
Viagens Institucionais	111.981,56	95.361,58
Manutenção e Conservação	86.725,84	35.576,51
Despesas Gerais	909.349,05	880.724,59
Financeiras	505.049,18	583.224,90
Depreciação do Imobilizado	174.343,09	155.700,29
TOTAL DESPESA	**41.835.941,86**	**41.748.640,94**
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	**6.930,52**	**517.507,70**

Luiz Claudio Ferreira da Silva
Contador
CRJ 089614/0-0
CPF: 937.633.107-97

Paulo Timm
Superintendente Geral
RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ
CPF: 457.512.429-04